

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências
Humanas

ANA CARINA OLIVEIRA
MARTINS

**Tradução Especializada: a Norma ISO
21001 para a Área da Educação em
Língua Portuguesa**

A norma ISO FDIS 21001 Para a Educação

ANA CARINA OLIVEIRA MARTINS

UMinho | 2019

julho de 2019



Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

ANA CARINA OLIVEIRA MARTINS

**Projeto de Tradução Especializada: a Norma
ISO 21001 para a Área da Educação em Língua
Portuguesa**

Relatório de estágio

Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Fernando Ferreira Alves

julho de 2019

Declaração

Nome: ANA CARINA OLIVEIRA MARTINS

Endereço

eletrónico:

carina.martins.cg@gmail.com/pg32113@alunos.uminho.pt

Número do Bilhete de Identidade: 14682383 4 ZY4

Título do relatório: Projeto de Tradução Especializada: a Norma ISO 21001 para a Área da Educação em Língua Portuguesa

Orientadores: Prof. Dr. Fernando Ferreira Alves

Ano de conclusão: 2019

Designação do Mestrado: Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE RELATÓRIO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __22__/_07__/_2019__

Assinatura: Ana Carina Oliveira Martins

Agradecimentos

A realização deste estágio curricular contou com importantes apoios sem os quais o mesmo não se teria tornado realidade. Apresento aqui os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que tornaram este estágio curricular possível e que contribuíram, direta ou indiretamente para a concretização do mesmo.

Agradeço em especial ao professor doutor Fernando Ferreira Alves por toda a orientação, apoio e incentivo que prestou ao longo da realização deste estágio bem como da realização do respetivo relatório.

À Dr.^a Maria João Graça e à Dr.^a Suzete Sim-Sim por toda a disponibilidade e simpatia que me demonstraram ao longo de todo o estágio e principalmente por me terem dado a oportunidade de trabalhar com o Instituto Português da Qualidade neste projeto.

Resumo

O presente relatório de estágio, inserido no âmbito da conclusão do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue (MTCM) da Universidade do Minho, refere-se ao estágio que foi colocado em prática em regime *freelancer* em parceria com o Instituto Português da Qualidade (IPQ). O estágio teve a duração de cinco meses e foi realizado no período entre 27 de fevereiro de 2018 e 30 de julho de 2018.

As tarefas concretizadas durante o estágio foram definidas pela profissional de contacto Dr.^a Maria João Graça, diretora do departamento de normalização do IPQ e avaliadas pela Dr.^a Suzete Sim-Sim e corresponderam, de uma forma generalizada, à seguinte planificação: tradução da norma ISO FDIS 2101 sobre a área da Educação para a língua portuguesa, posterior revisão da mesma e elaboração da respetiva base terminológica. As minhas línguas de trabalho foram o português e o inglês sendo que o documento original se encontra na língua inglesa.

No presente relatório, o trabalho efetuado ao longo do estágio é analisado de um ponto de vista linguístico e enquadrado no âmbito dos Estudos de Tradução. Esta análise pretende demonstrar que as técnicas de tradução aplicadas, bem como as dificuldades e os desafios ultrapassados estão consideravelmente relacionadas com a terminologia, sintaxe, semântica, registo linguístico e morfologia do próprio texto de partida.

Este relatório foi desenvolvido com vista a discutir e exemplificar os problemas de tradução com que me deparei – que a meu ver são alguns dos principais problemas, pelo menos a nível linguístico - e tem o objetivo de apresentar soluções para os mesmos através das técnicas de tradução que utilizei.

Palavras-chave: Tradução; Revisão; Tradução Técnica; Normas; Educação; Análise linguística;

Abstract

This internship report, written as a part of the completion of the Master's in Translation and Multilingual Communication of the University of Minho refers to an internship That was carried out as a freelancer in partnership with the Portuguese Quality Institute (in Portuguese abbreviated as IPQ). The internship had the duration of / lasted for five months and was held in the period between the 27th of February of 2018 and the 30th of July of 2018.

The tasks developed during the internship were established by the contact professional Dr. Maria João Graça, director of the IPQ standardization department and evaluated by Dr. Suzete Sim-Sim. They corresponded to the following general planning: the translation of the ISO 21001 standard for the area of Education to the Portuguese language; the subsequent editing and post-editing of the said translation and the elaboration of a term base. My working languages were Portuguese and English, being that the source language was English.

In this report, the work that has been done during the internship will be analyzed from a linguistic point of view. Such analysis aims at showing that the applied translation techniques as well as the translation's difficulties and overcome challenges were highly related to the terminology, syntax, semantics, register and morphology of the source text.

This report was developed with the intent of discussing and providing examples of the translation difficulties I faced – which I believe are some of the main problems in translation, at least at a linguistics level – and it has the aim of presenting solutions for them by referring to the translation techniques I have used.

Key words: Translation, Editing, Post-editing, Technical translation, Standards, Education, Linguistic analysis.

Índice

Agradecimentos	iii
Índice	vi
Índice de figuras	viii
Índice de gráficos	viii
Índice de tabelas	ix
I. Introdução.....	1
II. Revisão da Literatura.....	3
2.1 Tipos de Tradução	3
<u>2.1.1 Tradução Especializada</u>	<u>4</u>
<u>2.1.2 Tradução Técnica.....</u>	<u>5</u>
2.2 Técnicas de Tradução	6
2.3 Competências em desenvolvimento no estágio de acordo com Gambier (2009).....	12
2.4 Normalização - Considerações gerais.....	14
<u>2.4.1 Globalização e Normalização</u>	<u>14</u>
<u>2.4.2 O papel do tradutor</u>	<u>15</u>
2.5 A área da educação	19
<u>2.5.1 Síntese escrita da norma 21001.....</u>	<u>19</u>
<u>2.5.2 As normas para o setor da educação</u>	<u>22</u>
III. A entidade acolhedora: descrição detalhada.....	23
3.1 A ISO	23
3.2 O IPQ.....	24
IV. Do corpus de especialidade à tradução.....	27

4.1 Metodologia de trabalho	27
<u>4.1.1 Calendarização</u>	27
<u>4.1.2 CAT tools utilizadas</u>	29
4.2 Construção/Descrição do corpus	31
<u>4.2.1. Título e fontes das normas selecionadas para a TMX</u>	31
<u>4.2.2. Tamanho do corpus</u>	32
4.3. Construção da base terminológica	33
<u>4.3.1. Descrição da base terminológica</u>	33
<u>4.3.2. Recursos utilizados para a criação e edição da base terminológica</u>	35
V. Identificação e Análise dos problemas de tradução	37
5.1 Análise linguística do corpus da tradução efetuada	37
<u>5.1.1 A nível terminológico</u>	39
<u>5.1.1.1 A nível dos sistemas de ensino</u>	46
<u>5.1.2 A nível sintático</u>	49
<u>5.1.3 A nível morfológico</u>	55
<u>5.1.3.1 Diáteses</u>	55
<u>5.1.3.2 Verbos Modais</u>	63
<u>5.1.4 A nível de registo linguístico</u>	73
VI. Considerações finais	75
Referências	79
Anexos	88

Índice de figuras

Figura 1- Mapa heurístico da norma ISO 21001	19
---	-----------

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Descrição do corpus e da base terminológica.....	34
Gráfico 2 – Análise Sintática – Construções hipotáticas presentes no corpus.....	51
Gráfico 3 – Análise Morfológica – Diáteses presentes no corpus.....	59
Gráfico 4 – Análise Morfológica - Verbos modais presentes na norma em inglês.....	67
Gráfico 5 – Análise Morfológica - Verbos modais presentes na norma em português.....	69

Índice de tabelas

Tabela 1- Resumo de Técnicas de Tradução Direta.....	8
Tabela 2- Resumo de Técnicas de Tradução Indireta	11
Tabela 3- Calendarização do estágio.....	28
Tabela 4- Metodologia de Tradução. Descrição de procedimentos	30
Tabela 5- Título e fontes das normas selecionadas para a TMX inicial	31
Tabela 6- Descrição do corpus traduzido	32
Tabela 7- Procedimentos utilizados na criação da base terminológica.....	36
Tabela 8 - Técnicas de tradução utilizadas a nível terminológico.....	40
Tabela 9- Técnicas de tradução aplicadas a nível terminológico e justificação para a sua aplicação	45
Tabela 10- Exemplos de orações presentes no corpus	54
Tabela 11- Exemplos de Diáteses presentes na Norma ISO 21001	60
Tabela 12- Exemplos de Modulação como Tradução de Passivas Intraduzíveis.....	62
Tabela 13- Tradução dos verbos modais presentes na norma	68
Tabela 14- Exemplos de Tradução de Verbos Modais e Técnicas de Tradução Aplicadas	72
Tabela 15- Tradução de termos relativos à Educação presentes na norma ISO 21001 e Técnicas de Tradução Utilizadas	73
Tabela 16- Exemplos de tipos de erros corrigidos na revisão.....	75
Tabela 17- Calendarização da Submissão do Projeto.....	77

I. Introdução

No decorrer do presente estágio curricular foram concretizadas várias atividades que visavam atingir metas específicas de aprendizagem, nomeadamente a concretização dos objetivos gerais e específicos. Os objetivos gerais englobam as principais tarefas realizadas durante o estágio que me propus a realizar, enquanto os objetivos específicos englobam a concretização de metas secundárias a nível de competências - pessoais e profissionais - decorrentes da concretização dos objetivos gerais.

De entre os objetivos gerais, constaram a tradução da norma escrita da língua inglesa para o português com o auxílio de CAT tools¹, a revisão da tradução efetuada e a elaboração de uma base terminológica que terá a função de servir de guia orientador para futuras traduções de normas no mesmo domínio, e de caracterizar o conteúdo do documento traduzido, tendo em conta que contém os principais termos utilizados na mesma. Os objetivos específicos traduziram-se no desenvolvimento de competências de tradução, revisão e gestão de projetos de acordo com o estabelecido nas normas de tradução ISO 17100, e anteriormente EN 15038 e essencialmente pelo *European's Master's in Translation* (2009), na aquisição de experiência profissional enquanto tradutora técnica; no desenvolvimento de competências do domínio tecnológico pelo uso de recursos e ferramentas de apoio à tradução e gestão de terminologia; no desenvolvimento de competências pessoais relacionadas com a gestão de um projeto de tradução especializada, tendo em consideração os fatores qualidade e tempo; bem como na gestão de possíveis exigências e solicitações da parte do cliente relativas à terminologia no domínio especializado dos sistemas de gestão para organizações educativas.

Estas tarefas permitiram o desenvolvimento de competências pessoais nomeadamente ao nível da organização, autonomia, rigor e proatividade devido à tarefa de gestão do projeto de tradução

desenvolvido em regime *freelancer*, ao nível do cumprimento dos requisitos do cliente, nomeadamente no que diz respeito à terminologia preferencial pelo mesmo, neste caso, pelo IPQ, bem como respeito pelos requisitos associados ao registo linguístico da norma em si.

Tal como mencionado nos objetivos específicos, este projeto permitiu igualmente o desenvolvimento de competências profissionais de tradução, de acordo com o estipulado por Yves Gambier, em 2009, enquanto membro do grupo de especialistas do *European Master's in Translation* (doravante abreviado como EMT). Além dos indicadores apresentados nesse documento, existem outros como, por exemplo, os estipulados pela norma europeia para tradutores e revisores - a EN 15038 - lançada em 2006, e a norma internacional ISO 17100, que se lhe seguiu, posteriormente, em 2015.

Estes três documentos estabelecem as competências essenciais ao tradutor e ao revisor agrupadas por categorias. O documento no qual me baseei para me referir às competências do tradutor foi elaborado pelo grupo EMT. Nele, Gambier divide as competências do tradutor nos seguintes domínios: linguísticas, tecnológicas, interculturais, de domínio e temáticas. Um dos resultados ambicionados do estágio realizado foi precisamente o desenvolvimento destas competências, nomeadamente de competências linguísticas, tecnológicas, interculturais e de domínio, bem como a sua aplicação durante o estágio.

Além do desenvolvimento das competências acima mencionadas, o tema principal desde relatório de estágio reside na análise linguística do resultado final uma vez que, como irei demonstrar no ponto V, as escolhas de técnicas de tradução que fiz, bem como a forma como ultrapassei os obstáculos decorrentes da tradução deste documento técnico estiveram relacionadas com problemas de carácter linguístico do mesmo em termos de léxico (terminologia), morfologia e sintaxe.

II. Revisão da Literatura

2.1 Tipos de Tradução

É essencial, no contexto do presente estágio, fazer uma distinção entre tradução técnica e tradução especializada. Tal distinção resulta do tipo de documento a traduzir. Um artigo científico não é, naturalmente, o mesmo tipo de documento que um manual de instruções (Byrne, 2006) e, portanto, estando organizado e escrito de forma diferente, implicará um tipo de estratégia de tradução diferente. Possivelmente, terá mais obstáculos a nível semântico do que o manual de instruções, devido ao seu caráter argumentativo, que geralmente oferece um ponto de vista acerca de determinado assunto/teoria, ao passo que o manual de instruções contém, na sua essência, asserções não sujeitas a discussão, com verbos no imperativo (Byrne, 2006). Consequentemente, o manual de instruções poderá implicar mais obstáculos em termos terminológicos ou morfológicos.

No entanto, quer o artigo científico quer o manual de instruções diferem de, por exemplo, uma obra literária ou um artigo de jornal (Byrne, 2006). Assim, apesar das suas diferenças estão inseridos sobre o mesmo macro domínio da tradução que é a tradução especializada.

A tradução especializada caracteriza um domínio que se aplica à tradução de documentos de uma ou várias áreas de especialização, como, por exemplo, a ciência, a medicina, o direito ou o marketing, que contêm termos, convenções e registos linguísticos particulares (Byrne, 2006:3).

Por sua vez, a tradução técnica é um micro domínio da tradução especializada (Schubert, 2010) que envolve a tradução de documentos elaborados por técnicos especializados, relacionados ou não com o domínio da tecnologia e com um propósito utilitário e funcional (Byrne, 2006: 3-10). Do mesmo modo, surge o termo de “tradução científica”, que tal como a tradução técnica, constitui igualmente um micro domínio

da tradução especializada (Byrne, 2006). Ambos contêm terminologia e registos que lhes são próprios. A diferença entre os dois tipos de tradução reside precisamente noutros aspetos linguísticos como a sintaxe, a morfologia e o registo, tal como exposto acima. Enquanto que a tradução científica lida com documentos de carácter académico, científico e argumentativo; a tradução técnica lida com documentos assertivos e instrucionais, onde é frequente a ausência de “narrador”, isto é, a ausência de um autor do texto, o que lhe confere um carácter extremamente objetivo (Walsh, 1982; Byrne, 2006: 8-9).

Assim sendo, o tipo de tradução realizada neste estágio no âmbito da norma internacional ISO FDIS 2101 insere-se na categoria de tradução técnica, devido sobretudo ao seu carácter funcional e à sua linguagem instrucional.

2.1.1 Tradução Especializada

A tradução especializada abrange os campos de especialização sujeitos à tradução não literária, sendo as áreas do conhecimento mais comuns as da ciência, tecnologia, economia, marketing, direito, política, medicina e meios de comunicação, bem como áreas menos pesquisadas como a navegação marítima, arqueologia, entre outros (Gotti et al., 2006).

A palavra "especializada" aplica-se de forma diferente a tradutores e a textos. Alguns tradutores trabalham em várias áreas do conhecimento - como o direito, as finanças, a medicina ou as ciências ambientais - enquanto outros são "especializados", ou "especialistas", no sentido de que trabalham exclusivamente em apenas uma ou duas áreas específicas do conhecimento. Um texto a ser traduzido é especializado se a tradução requer conhecimento e domínio de terminologia de uma área de

conhecimento específica que, normalmente, não faria parte do conhecimento geral de um tradutor (Gouadec, 2007; Byrne, 2014).

Como referido em 2.1.1, a tradução técnica, ou seja, o termo comumente utilizado para referir qualquer tipo de tradução de um domínio especializado é, na verdade, um subdomínio de um termo mais amplo - a tradução especializada (Schubert, 2010).

2.1.2 Tradução Técnica

O conhecimento científico e técnico sempre foi valorizado ao longo da história (Tebeaux, 1997) e a comunicação de informação através da tradução desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento das civilizações humanas bem como da ciência e da tecnologia (ver, por exemplo, Delisle 1995 e Montgomery 2000). Esta importância está a crescer, particularmente tendo em conta o panorama em que nos encontramos, no qual a informação está amplamente presente, vinda de diversas fontes (Byrne, 2009).

Devido à ambiguidade semântica do adjetivo “técnica”, este termo pode ser utilizado para definir quer o conteúdo relacionado com a área da tecnologia e da engenharia, quer o conteúdo de qualquer domínio especializado. Como referi acima, além da tradução técnica, também a tradução científica é um subdomínio da tradução especializada. No entanto, nos textos científicos predominam os estudos médicos e a divulgação de produtos na área da saúde, documentos oficiais, como é o caso de autorizações escritas para participações em estudos laboratoriais, entre outros. Essencialmente, os textos científicos são os pertencentes à disciplina da ciência – ou seja, “conhecimento obtido e sistematizado em princípios através de observação, experiências e testes” (Chambers, 1992 *apud* Byrne, 2006). Por outro lado, os textos técnicos são aqueles que refletem a aplicação prática do conhecimento científico (Byrne, 2006), tais como os já referidos manuais de instrução, normas ou

guias de instalação, isto é, todos os documentos de caráter “funcional e utilitário” (Byrne, 2006).

A tradução desse tipo de documentos, técnicos e científicos pode ser afetada por uma série de questões e fatores, de entre os quais o mais abordado é a terminologia (Byrne, 2006). Stolze afirma que a terminologia pode causar problemas ao tradutor se não for uniforme (2009). Nos casos em que a terminologia não é uniforme, significa que poderão existir vários fatores culturais e técnicos envolvidos e, portanto, os termos utilizados deverão ser verificados cuidadosamente. Qualquer incongruência na tradução pode resultar na designação do mesmo conceito de forma diferente nas diferentes línguas.

No entanto, Byrne aponta que mais importante do que a tradução da terminologia é saber como escrever o texto na língua de chegada (2006: 4) e conseguir interpretá-lo. Para o autor, o ato de o tradutor se limitar a apresentar a informação contida num texto técnico não é suficiente - esta deve ser devidamente formulada, compreendida e estruturada para produzir um texto de chegada coerente, técnico e perceptível. Em suma, não basta uma boa tradução da terminologia, sendo que há também que lidar com os aspetos sintáticos, morfológicos e semânticos pertinentes ao texto sob risco de produzir um texto demasiado literal e desprovido de sentido.

2.2 Técnicas de Tradução

O conhecimento de técnicas de tradução é indispensável a qualquer tradutor, pois estas contribuem para a aquisição de competências de tradução (cf. Doherty & Angermüller 1983: 166). Assim, as técnicas de tradução podem ser definidas como uma lista de procedimentos técnicos aplicáveis a determinado par de línguas face a determinados problemas de tradução previamente identificados e comuns em várias línguas

(Alegre, 2008). O mero conhecimento detalhado das mesmas fornece ao tradutor um conjunto de soluções alternativas para o processo de transferência interlinguística.

Ao longo de todo o trabalho efetuado no estágio, especialmente na elaboração da base terminológica e tradução, tive de tomar decisões relativamente às técnicas de tradução a utilizar. Embora não pretenda discutir essas decisões neste capítulo, mas antes nos pontos 4.3 e 5.3, irei apresentar primeiramente um resumo do que são as técnicas de tradução que considerarei durante o estágio. Apesar de haver várias interpretações e definições de técnicas, irei referir-me às de Vinay e Dabernet e às referidas por Nida (1964), Harvey (2008) e Newmark (1988) por as considerar mais abrangentes e serem as que geralmente aplico.

Estas técnicas podem agrupar-se de dois modos: as que dizem respeito à tradução direta (ou literal) e as que dizem respeito à tradução indireta (ou oblíqua) (Vinay e Dabernet, 1995), que geralmente implicam a existência de fatores diferentes a nível cultural, técnico ou semântico entre o texto de chegada e o texto de partida.

As técnicas de tradução direta são utilizadas quando os elementos estruturais e conceptuais da língua de partida podem ser facilmente transpostos para a língua de chegada. Estas técnicas resumem-se do seguinte modo apresentado na tabela 1 e são o resultado do modelo apresentado pelos autores supramencionados.

Empréstimo

Consiste na transposição de palavras diretamente do texto de partida para o idioma do texto de chegada, acabando estas por ficar incorporadas na língua de chegada.

Portanto esta técnica consiste na reprodução integral do termo original (Harvey, 2000). Esta

técnica está altamente orientada para o texto de partida. Alguns exemplos desta técnica são as palavras *baguete; croissant; jeans;*

<p><i>Decalque</i></p>	<p>Esta técnica consiste na tradução literal “<i>word for word</i>” (palavra a palavra) de uma frase/expressão de uma língua que acaba por ficar incorporada na língua de chegada, sendo assim criado um novo lexema¹ nessa língua (Nida, 1964). Seguem-se alguns exemplos².</p> <p><i>skyscraper</i> - arranha-céus <i>croissant</i> - cruassã <i>basket</i> - basquete <i>whisky</i> - uísque <i>lasagna</i> - lasanha</p>
<p><i>Tradução Literal</i></p>	<p>Esta técnica é uma tradução palavra por palavra de todo o texto, em que a ordem das palavras no texto de partida é preservada no texto de chegada, e as mesmas são traduzidas pelo seu significado mais comum, não havendo lugar a interpretação ou a consideração do contexto em que estão inseridas.</p>

Tabela 1 – Resumo de Técnicas de Tradução Direta

As técnicas de tradução indireta (oblíqua) são utilizadas quando os elementos estruturais ou conceptuais do texto de partida não podem ser traduzidos diretamente sem alterar o seu significado ou os elementos gramaticais e estilísticos da língua de chegada.

Apresento a seguir uma tabela com a definição das principais técnicas de tradução preferidas por diferentes autores.

<p><i>Reformulação ou equivalência</i></p>	<p><i>É a expressão de uma palavra ou idioma de uma maneira completamente diferente, do que é comum na língua de partida - por exemplo, expressões idiomáticas ou provérbios</i></p>
--	--

¹ Lexema refere-se à unidade básica de uma língua que pode consistir de uma ou mais palavras que partilham o mesmo significado (Oxford Dictionaries.)

²Exemplos de: Moreno, Cláudio. Estrangeirismos: os decalques. <sualingua.com.br> disponível a 27 de outubro de 2018.

que não têm equivalentes diretos noutros idiomas são reformulados (por outras palavras) para a língua de chegada de modo a serem entendidos. (Newmark, 1988a). Apresento um exemplo meu de conhecimento geral:

“It’s raining cats and dogs” – expressão da língua inglesa que significa que está a chover imenso. Na língua portuguesa, dizer “está a chover gatos e cães” não faz muito sentido, então para traduzir esta expressão utilizamos uma reformulação ou equivalência facilmente entendida, como “Está a chover a potes”.

<p><i>Equivalência Cultural</i></p>	<p>Significa usar um referente da cultura de chegada cuja função é semelhante à do referente da língua de partida. Como escreve Harvey (2000: 2), há diversas opiniões sobre os méritos desta técnica - Weston (1991: 23) descreve-a como "o método ideal de tradução", enquanto Sarcevic (1985: 131) afirma que a mesma é "enganosa e deve ser evitada." Newmark (1988b) concorda que tais equivalências "não são exatas" (Newmark, 1988b: 83)</p>
<p><i>Equivalente funcional</i></p>	<p>Requer o uso de um termo/expressão cultural neutro em ambas as línguas. (Newmark, 1988b: 83)</p>
<p><i>Tradução descritiva ou autoexplicativa/ Equivalente descritivo</i></p>	<p>Neste procedimento, o significado da expressão é explicado em várias palavras (Newmark, 1988b: 83), sendo utilizados termos genéricos para transmitir o seu significado. É apropriado numa ampla variedade de contextos onde a equivalência funcional é considerada insuficientemente clara. Num texto destinado a um leitor especializado, pode ser útil adicionar o termo original à tradução para evitar ambiguidade (Harvey, 2000: 2-6).</p>
<p><i>Análise de</i></p>	<p>Significa comparar “a palavra do texto de partida que seja</p>

<i>componentes</i>	comparável com uma palavra do texto de chegada a nível de significado, mas que não seja uma tradução literal, sendo explicado primeiro o seu significado comum e, de seguida, as diferenças entre as duas palavras." (Newmark, 1988b: 114)
<i>Sinonímia</i>	É a utilização de um "equivalente próximo na língua de chegada", isto é, de um sinónimo (Newmark, 1988b: 84).
<i>Mudança ou transposição</i>	Esta técnica de tradução envolve a ocorrência uma mudança gramatical na tradução, por exemplo, (i) mudança do singular para o plural, (ii) mudança necessária quando uma estrutura específica da língua de partida não existe na língua de chegada, (iii) mudança de um verbo da língua de partida para um nome da língua de chegada, mudança de um grupo de nomes da língua de partida para um nome na língua de chegada, e assim por diante (Newmark, 1988b: 86).
<i>Modulação</i>	Ocorre quando o tradutor reproduz a mensagem do texto original no texto de chegada em conformidade com as normas atuais do texto de chegada e não com as do texto de partida, uma vez que o texto de partida e o de chegada podem ter pontos de perspetiva diferentes. (Newmark, 1988b: 88) A modulação ocorre quando há uma mudança nesse ponto de perspetiva entre o texto de partida e o de chegada.
<i>Compensação</i>	Ocorre quando a perda de significado numa parte da frase do texto de partida é compensada numa outra parte no texto de chegada (Newmark, 1988b: 90). É a expressão do valor ou palavra que não pode, por motivos culturais ou linguísticos ser traduzido no mesmo ponto da frase onde se encontra no texto de partida num outro lugar do texto de chegada, de modo a compensar essa "perda". Há uma compensação quando o significado da expressão "perdida" não seria concebido na tradução imediata.
<i>Paráfrase</i>	Neste procedimento, o significado do texto da língua de

	chegada é explicado, isto é, parafraseado. Esta explicação é bastante mais detalhada do que a que acontece no equivalente descritivo. (Newmark, 1988b: 91)
<i>Dísticos</i>	Ocorre quando o tradutor combina duas técnicas de tradução diferentes. (Newmark, 1988b: 91)
<i>Adaptação</i>	É a expressão de um termo/expressão idiomática específicos da cultura da língua do texto de partida de uma forma totalmente diferente, mais familiar ou apropriada à cultura da língua do texto de chegada (Newmark, 1988a).

Tabela 2 - Resumo de Técnicas de Tradução Indireta

2.3 Competências em desenvolvimento no estágio de acordo com Gambier (2009)

Em, 2009, Yves Gambier redigiu, no seio do seu grupo EMT, fundado em 2007, um documento que especificava as competências necessárias a serem desenvolvidas durante a formação de tradutores nos mestrados em tradução da União Europeia. Este conjunto de diretrizes seguiu-se ao previamente estabelecido em 2006 pela norma europeia EN 15038.

Os princípios estabelecidos pelo grupo EMT distinguiram-se da norma europeia nas categorias em que colocava as competências para tradutores e revisores. A norma EN 15038 classificava-as de acordo com a seguinte nomenclatura: competências de tradução, linguísticas, de investigação e aquisição de informação, culturais e técnicas. Pelo contrário, Gambier optou por uma organização diferente das mesmas, que, a meu ver é útil, uma vez que todas as competências mencionadas pela norma europeia são, efetivamente, competências de “tradução”, não tendo o grupo EMT denominado uma única competência como sendo de “tradução”. Na verdade, considerou antes todas as competências discutidas (linguísticas, culturais, tecnológicas, de domínio) como sendo de “tradução”.

Além disso, os autores forneceram uma descrição mais detalhada do que envolvia as competências de tradução por eles definidas e atribuíram um maior peso à dimensão cultural - neste caso “intercultural” - do processo de tradução, tendo-a inclusivamente dividido em duas subáreas - sociolinguística e textual.

O grupo EMT dividiu as competências do tradutor em competências linguísticas, tecnológicas, interculturais (sociolinguísticas e textuais), de domínio e temáticas.

Foi apenas em 2015 que surgiu uma norma internacional para os serviços de tradução - a ISO 17100 - que se assemelhou, a nível de

categorias de competências do tradutor e revisor, ao já definido pela norma EN 15038 e pelo estipulado pelo grupo EMT.

Em comparação com o definido pelo grupo EMT, a norma ISO 17100 manteve em comum com o mesmo a categoria de domínio. No entanto, excluindo essa categoria, no que respeita a lista de competências do tradutor e do revisor, a norma internacional assemelha-se fundamentalmente à norma europeia.

Por conseguinte, de acordo com Gambier, apresentarei as ditas competências que estiveram em desenvolvimento ao longo do meu estágio:

- Linguísticas, sendo que as competências linguísticas envolvem conhecer, compreender e saber lidar com estruturas gramaticais, lexicais e idiomáticas bem como convenções gráficas e tipográficas de todas as línguas de trabalho;

- Tecnológicas, que estão relacionadas com o saber como utilizar eficaz e rapidamente um conjunto de *software(s)* para auxílio do tradutor;

- Interculturais (Dimensão Textual), que dizem sobretudo respeito a capacidade do tradutor em compreender, resumir, interpretar, comparar, escrever, reescrever, condensar e editar rapidamente documentos em todas as línguas de trabalho;

- Domínio, sendo que estas envolvem a capacidade de o tradutor conseguir extrair, identificar, compreender, pesquisar e aplicar documentação e terminologia de fontes de confiança pertinentes a partir de qualquer meio de investigação (tecnológico ou não) em conformidade com um dado trabalho.

2.4 Normalização - Considerações gerais

2.4.1 Globalização e Normalização

Over 6900 languages are spoken across the world, out of which 20 are major languages. But nothing seems to deter globalization, as economies are amazingly intertwined and people are going beyond borders to learn, travel and do business. At the bottom of all these lies language translation - a huge connecting factor.
(Outsource2india, 2018)

Internacionalização, multiculturalismo, globalização, localização, globalização da linguagem - tudo isto é possível devido à tradução. As empresas dependem da tradução se desejam expandir-se pelo mundo, algo que atualmente é uma necessidade, e diria mesmo, um hábito e uma prática comum em termos económicos. Com a expansão do marketing global e de novos modelos económicos, a Internet é cada vez mais utilizada como ferramenta de gestão de empresas a nível mundial. À medida que mais pessoas estão presentes no mercado da globalização, sobretudo através da Internet, mais faz sentido fornecer conteúdos no idioma local dos mesmos. Atualmente, a economia é “global” porque as suas atividades principais de produção, consumo e circulação estão organizadas numa escala global, quer direta quer indiretamente, através de uma rede de agentes económicos.

Esse é o motivo pelo qual se pode afirmar que a linguagem é uma dimensão chave para os mercados globais e a razão pela qual os serviços de tradução estão em grande procura, quer como comunicação, quer como transmissão de informação (Cronin, 2009; Outsource2india, 2018).

As tecnologias permitiram que a globalização eliminasse fronteiras, tendo possibilitado a comunicação a nível mundial. Assim – dado que as pessoas comunicam com diversos propósitos profissionais a nível internacional e o fazem regularmente, seja para fins comerciais,

económicos, de saúde, entretenimento, tecnologia (online) – emergiu igualmente a necessidade de tradução de documentos jurídicos, normativos e técnicos.

As normas, elaboradas pela ISO e publicadas e implementadas em Portugal pelo Instituto Português de Qualidade (IPQ), são geralmente elaboradas na língua de origem, em inglês e posteriormente divulgadas e traduzidas para diferentes países e línguas. Assim sendo, considerando que as normas da ISO se impõem a nível internacional é possível identificar o fator globalização no seu slogan, que preconiza “*When the World Agrees*” (ISO, 2018, *in* www.iso.org).

Todos os setores comerciais e culturais da sociedade, bem como profissões, estão sujeitos a uma regulação, isto é, a um controlo normativo, a um conjunto de parâmetros que cumprem por intermédio de normas. Por conseguinte, existem normas para diversas áreas profissionais. Sendo documentos de carácter normativo, cujo fim é a regulação das diversas áreas, as normas têm, assim, um papel fundamental, sendo um pilar na sociedade – é a elas que cabe a tarefa reger e guiar os cidadãos nas mais diversas áreas em que estão envolvidos, orientando também o seu mundo profissional.

2.4.2 O papel do tradutor

Ao contrário de áreas da tradução como a literária, jornalística e audiovisual, entre outras, que permitem uma certa liberdade da parte do tradutor no que respeita à terminologia e ao estilo, a tradução de uma norma é, essencialmente, um processo de tomada de decisões que envolve a seleção dos termos a utilizar tendo em conta não só a definição do conceito em questão, mas também o seu contexto -; escolhas a nível morfológico – como o tipo de diátese a utilizar (ativa ou passiva); sintático- como o tipo de estrutura frásica a manter, e de registo linguístico -certas formulações a empreender; bem como a escolha de

quais as técnicas de tradução a utilizar para resolver cada um dos problemas de tradução que vão surgindo.

Contrariamente a outros profissionais, o tradutor de um documento especializado, como uma norma, tem de ter, entre outras características, a precisão, atenção, uniformidade, conformidade e compreensibilidade como prioridades na sua tradução, dado que qualquer erro, seja ele a nível gramatical ou de interpretação pode ter consequências bastante graves (Hann, 1992:7).

Com efeito, se tomarmos como exemplo a tradução de uma norma na área da medicina, compreendemos que qualquer má interpretação ou erro de interpretação da parte do tradutor pode levar à prática errada do disposto na norma internacional e, conseqüentemente, colocar em risco a vida humana. Um exemplo disso é o caso de 2007 que diz respeito a 47 implantes de próteses de joelho num hospital de Berlim. A causa dos problemas que surgiram nesses implantes foi uma norma médica mal traduzida. O texto original em inglês relativo às próteses definia-as como “non-modular cemented”. Esse termo foi traduzido erroneamente como “prótese que não necessita de cimento”. As próteses foram implantadas nos pacientes sem cimento, com conseqüências horríveis para os pacientes que se submeteram ao procedimento (Language Translation, 2012).

Outro exemplo retrata igualmente a tradução errada de um software utilizado para definir a dosagem de medicamentos num hospital de França, entre 2004 e 2005. Vários homens vítimas de cancro da próstata morreram por overdose. As autoridades francesas descobriram posteriormente que o software que ditava as dosagens só existia na língua inglesa, e que a tradução dos termos e das instruções contidas no mesmo era feita por funcionários que se diziam bilingues, o que contribuiu para as sobredosagens (Language Translation, 2012).

Tal como verificado acima, o tradutor, embora não sendo o autor da mensagem de origem, desempenha um papel fundamental na

comunicação dessa mesma mensagem, seja ela um documento acadêmico, científico, do foro publicitário ou uma notícia de jornal.

Assim, além do dever ético de se manter fiel ao texto de partida, o tradutor tem de compreender o que é dito na comunicação para posteriormente traduzi-la de forma igualmente compreensível para o público da língua de chegada. Sobre este assunto é importante falar de uma conhecida teoria da tradução: a teoria do Skopos.

“Skopos” é uma palavra de origem grega que significa "propósito". De acordo com a Teoria do Skopos, o princípio básico que determina o processo de tradução é o propósito (skopos) da ação translacional. A ideia de intencionalidade faz parte da definição de qualquer ação (Nord, 1997: 27).

Esta teoria foi criada pelo linguista alemão Hans Vermeer em 1978. De acordo com esta teoria, o processo de tradução é determinado pela função da mesma (Vermeer *apud* Venuti, 2000). Tal função é especificada pelo público alvo da tradução. É uma abordagem funcionalista cujo objetivo é valorizar o texto de chegada. Assim, o papel do tradutor é destacado enquanto criador do texto de chegada, sendo dada prioridade à finalidade (*skopos*) da tradução, ou seja, do texto de chegada criado pelo tradutor.

O funcionalismo valoriza sobretudo a aquisição funcional de termos para o texto de chegada. Portanto, a tradução é considerada sobretudo como um processo de comunicação intercultural cujo produto final é um texto que tem a capacidade de funcionar adequadamente em situações e contextos de utilização específicos (Schaffner, 1998a: 3).

Como mencionado anteriormente, o princípio chave da Teoria do Skopos defende que uma ação é determinada pelo seu skopos, ou seja, “o fim justifica o significado” (Reis e Vermeer, 1984: 101). Além disto, Vermeer explica o princípio do Skopos da seguinte forma: cada texto é

produzido para um determinado propósito e deve servir esse mesmo propósito. Este princípio pode ser resumido em quatro passos para o tradutor: traduzir; interpretar; falar; e escrever de uma forma que permita que a tradução funcione na situação em que for utilizada e por pessoas que queiram utilizá-la precisamente para o fim que é igualmente dado conferido ao texto de partida. (Nord, 1997: 29)

De acordo com a abordagem da Teoria do Skopos, o texto é considerado como uma oferta de informação. Esta oferta é trabalhada desde o produtor do texto até ao seu destinatário. A tradução é, então, uma oferta secundária de informações sobre

as informações originalmente oferecidas noutra língua dentro de outra cultura

(Schaffner, 1998 b: 236). Os tradutores estão cientes do facto de que as normas do idioma de chegada podem não estar necessariamente alinhadas com as do texto de partida. É por isso que é necessário alterar o texto de chegada para obter uma solução para esse problema (Baker, 1992; 243). Esse, é o papel do tradutor.

2.5 A área da educação

2.5.1 Síntese escrita da norma 21001

A norma que foi trabalhada durante o estágio descrito no presente relatório é a norma internacional ISO 21001 – *Educational Organizations- Management Systems for Educational Organizations- Requirements with Guidance for Use* – que se encontra inserida no contexto da criação de um sistema de gestão melhorado para organizações educativas com a finalidade de cumprir os requisitos de todos os beneficiários da ação educativa e, ao mesmo tempo atingir todas as metas estipuladas para o

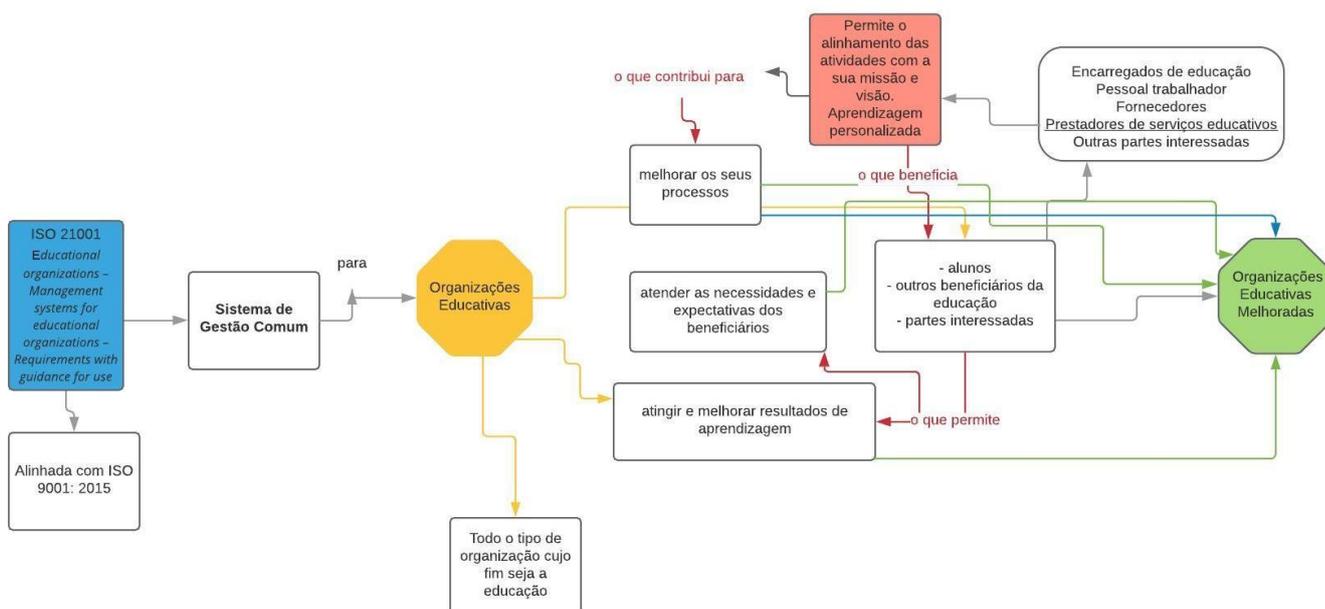


Figura 1- Mapa heurístico da norma ISO 21001

ensino. Apresento, a seguir, um mapa heurístico da síntese da norma, e essencialmente dos seus objetivos.

A norma ISO 21001 foi desenvolvida por um grupo de 86 especialistas em normas de sistemas de gestão a nível internacional e, como tal, foca-se na interação entre educadores, alunos e outros potenciais clientes ou

partes interessadas na interação pedagógica a fim de a tentar garantir (ISO/PC 288, 2018:2). Alguns dos princípios que regem esta norma são, em concreto, o enfoque nos alunos, uma liderança visionária, a cativação do interesse das pessoas, uma abordagem processual, a obtenção de melhorias, a tomada de decisões baseadas em evidências/factos, a gestão de relacionamentos, responsabilidade social, acessibilidade e igualdade, a adoção de uma conduta ética e privacidade na proteção de dados bem como a realização de atividades de análise, medição, monitorização e avaliação do sistema da organização educativa seguindo um modelo -o ciclo PFVA. O nome deste modelo é a parte da abreviatura de “Planear-Fazer-Verificar-Agir” e é uma tradução do ciclo PDCA – abreviatura de “Plan-Do-Check-Act”, que significa “planear, fazer, verificar e agir”. (ISO/PC 288, 2018: 3-4). De acordo com a Associação Portuguesa de Certificação (APCER), o ciclo PDCA é uma ferramenta de gestão da qualidade que visa tornar os processos mais rápidos, claros e objetivos para as organizações. Recorre então às quatro fases já mencionadas acima, “planear, fazer, verificar e agir”.

Este ciclo, também conhecido como ciclo de Deming, foi amplamente divulgado por Willian E. Deming - cientista, professor e autor norte-americano (Sokovic et al., 2010).

A primeira fase do referido modelo descreve o planeamento do sistema, sendo aquela que vai definir, em possíveis reuniões e avaliações, o que deve ser feito e quem será o responsável no processo.

A segunda fase refere-se à execução do processo, ao “fazer” propriamente dito. A fase de verificação do processo é aquela onde se avaliará se a execução anteriormente referida foi realizada conforme o planeado e se os resultados finais são os inicialmente esperados.

A fase de verificação divide-se em duas subfases: monitorização e análise. A monitorização consiste no levantamento dos resultados do processo e na comparação dos mesmos com o previsto inicialmente,

enquanto a análise será a avaliação do processo detalhadamente, de forma a compreender o que poderá ter provocado os desvios existentes, caso existam. Da análise, poderá resultar uma reformulação da primeira fase – o planeamento - de modo a que os eventuais desvios sejam retificados.

A última fase, denominada “agir” é a fase em que a melhoria contínua é assegurada; é o momento em que se vai agir corretivamente em função da análise realizada na verificação (APCER, 2016).

Atualmente, a generalidade das organizações que tem um enfoque na melhoria contínua, como é o caso das organizações educativas que seguem os preceitos estipulados na norma ISO 21001, utiliza este modelo como ferramenta para potenciar os resultados ambicionados (APCER, 2016).

2.5.2 As normas para o setor da educação

A norma proposta para tradução no âmbito do presente estágio incide no setor da educação e visa melhorar o sistema de gestão de todas as organizações educativas, fornecendo-lhes uma ferramenta de gestão comum em sintonia com outras normas já existentes. A finalidade passa por atingir todos os objetivos de aprendizagem previamente propostos e melhorar os resultados obtidos não apenas para os alunos, mas para todos os beneficiários da ação educativa, ou seja, para todos os envolvidos em qualquer tipo de organização educativa (centros de estudo, universidades, escolas, etc.) em que seja possível aplicar um sistema de gestão para uma educação mais inclusiva e objetiva.

A norma ISO 21001 é importante se tivermos em conta a constante necessidade de todas as organizações educativas de avaliarem o grau em que conseguem alcançar os seus objetivos de aprendizagem para o conseguirem/continuarem a fazer. Dado que o processo de educação difere de muitos outros processos na vida de um aluno, “na medida em que quando (o processo de educação) é bem-sucedido, maximiza a probabilidade de o aluno ser igualmente bem-sucedido no futuro, embora não possa garantir tal resultado” (ISO/PC 288, 2018: 2). Ou seja, a educação é uma área crucial no desenvolvimento do aluno enquanto indivíduo e ser humano na medida em que o irá preparar para ultrapassar diversos obstáculos e para ser bem-sucedido em todos os níveis – nomeadamente social e profissional.

A norma ISO 21001 será importante para o setor da educação em Portugal se considerarmos a percentagem de alunos que abandonam os estudos precocemente após completarem o ensino obrigatório (Diário de Notícias, AO 2017). Esta norma irá ajudar tanto as organizações como os alunos a maximizarem o seu processo de aprendizagem e a tirar um melhor proveito do mesmo. Portanto, é de todo legítimo e necessário conceber um sistema de gestão com enfoque nos alunos com a finalidade de alcançar melhores resultados e de cativar esses mesmos alunos para

procurarem alcançar melhores resultados através do aumento do seu compromisso e dedicação para com a organização educativa.

III. A entidade acolhedora: descrição detalhada

3.1 A ISO

O nome ISO é derivado do grego “isos”, que significa "igual". Dado que o seu nome, na língua inglesa - "International Organization for Standardization" teria diferentes siglas em diferentes idiomas (IOS em inglês, OIN em português para “Organização internacional de normalização”, etc.), os fundadores da ISO decidiram atribuir-lhe a sigla universal abreviada "ISO". Assim, é possível compreender de imediato através do seu nome um dos lemas da instituição, "It's all in the name" (ISO, 2018) – a universalidade.

A ISO, entidade produtora da norma traduzida durante este estágio na sua língua original – o inglês - foi fundada em 1946 e está sediada em Genebra, Suíça (IPQ, 2009). A história desta instituição teve início quando delegados de 25 países se reuniram no Instituto de Engenharia Civil em Londres e decidiram criar uma nova organização internacional "para facilitar a coordenação internacional e a unificação dos padrões industriais" (ISO, 2018). Foi a 23 de fevereiro de 1947, que a nova organização – a ISO - foi oficialmente inaugurada.

É considerada a maior organização internacional destinada à elaboração de normas (Enes, 2016). A ISO é uma organização independente que conta com membros de 162 organismos nacionais de normalização e 786 subcomités técnicos. Através dos seus membros, reúne especialistas para partilhar conhecimento e desenvolver Normas Internacionais relevantes, voluntárias, baseadas no consenso e no

mercado, que apoiem a inovação e forneçam soluções para os desafios globais (ISO, 2018). Estas normas fornecem especificações de classe mundial sobre produtos, serviços e sistemas, com a finalidade de garantir qualidade, segurança e eficiência. São, como já referi no ponto 2.2.1, fundamentais para facilitar o comércio internacional.

Desde a data da sua fundação, a ISO publicou 22351 normas internacionais e documentos relacionados abrangendo quase todos os setores, desde tecnologia, até segurança alimentar, agricultura, fabrico de produtos e saúde.

Em suma, as normas estabelecidas por esta instituição sempre tiveram grande impacto a diversos níveis da sociedade internacionalmente, sendo então a tradução das mesmas um fator crucial para a sua divulgação e internacionalização, especialmente se tivermos em conta o fator globalização.

3.2 O IPQ

Em Portugal, a ISO é representada pelo IPQ, a quem compete, quando necessário, a modificação ou atualização das normas portuguesas, de acordo com a legislação em vigor da União Europeia.

O IPQ é o instituto público que, integrado na administração indireta do Estado, tem por missão a coordenação do sistema português da qualidade, a promoção e a coordenação de atividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da ação dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das atividades necessárias às suas funções (IPQ, 2018).

Foi criado através do Decreto-Lei n.º 183/86, de 12 de julho, com o objetivo de assegurar a "procura da qualidade de produtos e serviços para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, aumento da competitividade das atividades económicas num contexto de progressiva liberdade de circulação de bens".

Nos termos da sua lei orgânica aprovada pelo Decreto-Lei 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, o IPQ tem por missão a coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ) e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, a promoção e a coordenação de atividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da ação dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das atividades necessárias à sua função de laboratório nacional de metrologia.

O IPQ é o Organismo Nacional de Normalização e a Instituição Nacional de Metrologia. Enquanto Organismo Nacional Coordenador do SPQ, são atribuições do IPQ a gestão, coordenação e desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade, numa perspetiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualidade de produtos, de serviços e de sistemas da qualidade e da qualificação de pessoas.

No âmbito do SPQ, o IPQ é o organismo responsável pela gestão de programas de apoio financeiro, intervindo ainda na cooperação com outros países no domínio da Qualidade.

Como Organismo Nacional de Normalização, ao IPQ compete, designadamente, promover a elaboração de normas portuguesas, garantindo a coerência e atualidade do acervo normativo nacional e promover o ajustamento de legislação nacional sobre produtos às normas da União Europeia.

Ao IPQ compete também, enquanto Instituição Nacional de Metrologia, garantir o rigor e a exatidão das medições realizadas, assegurando a sua comparabilidade e rastreabilidade, a nível nacional e internacional, e a realização, manutenção e desenvolvimento dos padrões das unidades de medida.

No domínio regulamentar, para além do controlo metrológico em Portugal, o IPQ é responsável pelo cumprimento dos procedimentos das diretivas comunitárias cuja aplicação acompanha e pelo processo de

notificação prévia de normas e regras técnicas no âmbito da União Europeia e da Organização Mundial do Comércio.

Com vista ao desenvolvimento sustentado do País e ao aumento da qualidade de vida da sociedade em geral, o IPQ prossegue as suas atribuições assente nos princípios da Credibilidade e Transparência, da Horizontalidade, da Universalidade, da Coexistência, da Descentralização e da Adesão livre e voluntária, orientando a atividade de numerosos organismos que com ele colaboram, aplicando e promovendo o uso generalizado de procedimentos, de técnicas, metodologias e especificações reconhecidos a nível europeu e/ou internacional.

No que concerne à participação ao nível internacional, além da ISO, o IPQ assegura a representação de Portugal em inúmeras estruturas europeias e internacionais relevantes para a sua missão, designadamente, no European Committee for Standardization (CEN), no European Committee for Electrotechnical Standardization (CENELEC), na International Electrotechnical Commission (IEC), na Conference General des Poids et Mésures (CGPM), na International Organization for Legal Metrology (OIML) (IPQ, 2018).

IV. Do corpus de especialidade à tradução

4.1 Metodologia de trabalho

O estágio realizado passou por diversas fases desde a criação da base terminológica até à revisão da norma traduzida. Tendo o estágio sido realizado em regime *freelancer*, tive liberdade para gerir o meu tempo bem como para organizar as diversas etapas da tradução.

Comecei pela criação da base terminológica e das memórias de tradução a utilizar como ferramentas de apoio na tradução da norma, ferramentas essas que importei para o software de tradução utilizado – o memoQ da Kilgray. Para a criação dessas memórias de tradução, procurei utilizar uma norma semelhante – recorrendo a um template - que já tivesse sido traduzida para a língua portuguesa por conter alguns termos e secções semelhantes, ou mesmo iguais- como foi o caso da primeira secção da norma, intitulada de “Termos e Definições”. Esta primeira fase ajudou-me a acelerar bastante o processo de tradução da norma, tendo conseguido cumprir com a calendarização proposta.

Posteriormente à tradução e revisão, submeti o ficheiro bilingue obtido pelo memoQ para revisão ao Prof. Dr. Fernando Ferreira Alves e após realização da mesma, procedi às correções indicadas no software, exportando de seguida o documento final do Microsoft Word.

4.1.1 Calendarização

No que respeita a calendarização, optei por organizar as diferentes fases do trabalho na tabela 3, que contém as datas bem como a descrição das tarefas realizadas por ordem cronológica.

Data	Tarefa	Descrição
27 de fevereiro de 2018	Criação da base terminológica	Extração dos termos da norma em inglês no TermoStat. Criação da base terminológica no Microsoft Excel, com a proposta de tradução dos mesmos.
27 de fevereiro de 2018- 01 de março de 2018	Criação de primeira TMX. Pré-tradução da Norma.	Divisão do documento em duas partes a serem traduzidas através do Smartcat. Submissão da base terminológica para o IPQ para aprovação.
01 de abril de 2018	Tradução da norma.	Importação da pré-tradução (ficheiro XLIFF) no memoQ.
28 de abril de 2018	Criação de ficheiro bilingue (TMX) final	Operação realizada através do memoQ.
30 de julho de 2018	Revisão da norma	Execução do controlo de qualidade, do comando "Run QA" do memoQ, e revisão manual do ficheiro bilingue previamente criado.
30 de agosto de 2018	Criação do ficheiro TMX final e exportação da tradução em formato .docx. Submissão do documento ao IPQ.	Depois da revisão, através do memoQ.

Tabela 3- Calendarização do estágio

4.1.2 CAT tools utilizadas

As ferramentas de apoio à tradução que utilizei para a tradução da norma 21001 foram, essencialmente, o LFAAligner, o SmartCat e o memoQ da Kilgray, versão 8.2. Utilizei o LF Aligner para a criação de uma memória prévia de tradução, que elaborei a partir de normas ISO anteriores e escolhi utilizar primeiramente o SmartCat para uma primeira tradução da norma 21001 a partir dessa mesma TMX¹. Após finalizada essa tradução, criei um ficheiro XLIFF que incorporei no memoQ, para uma tradução/revisão mais apurada.

Escolhi este software pela sua simplicidade de utilização, por já ser uma ferramenta habitual de trabalho e, sobretudo, pelas suas funções, como a de “Quality Assurance”, ou seja, “Garantia de Qualidade”, uma função que permite uma revisão automática da tradução efetuada, incluindo erros de formatação, de inconsistências na tradução e conformidade com a base terminológica incorporada no projeto de tradução do software. Penso que esta função é bastante útil na medida em que permite ao tradutor corrigir erros que, de outro modo, poderiam não ser tão facilmente perceptíveis.

Na tabela 4 está discriminada a metodologia realizada para a tradução da norma ISO 21001 bem como a CAT tool utilizada em cada um dos passos.

Passos	CAT tool utilizada	Descrição
1º Criação de memória de tradução (TMX) inicial	LF Aligner	Recorrendo a ficheiros de normas anteriores - ver ponto 4.2.1, utilizei o LF Aligner para criar um ficheiro TMX.
2º Primeira Tradução	SmartCat	Incorporei o ficheiro da norma a traduzir, bem como a TMX e a base terminológica criada anteriormente incorporada no SmartCat e efetuei a pré-tradução.
3º Tradução Final/Revisão	memoQ	Descarreguei o ficheiro XLIFF do SmartCat para o memoQ e efetuei uma revisão à tradução efetuada. Foi também com esta ferramenta que apliquei as alterações propostas após revisão pelo Professor Fernando Ferreira Alves.
4º Exportação do documento traduzido e TMX final	memoQ	Exportação do ficheiro Word traduzido com a devida formatação bem como do ficheiro TMX final.

Tabela 4 - Metodologia de Tradução. Descrição de procedimentos

4.2 Construção/Descrição do corpus

4.2.1. Título e fontes das normas selecionadas para a TMX

Previamente à tradução da norma ISO 21001 procurei criar, como já referido acima, uma primeira memória de tradução que pudesse auxiliar o meu processo de tradução. Para tal, procurei normas de sistemas de gestão que fossem semelhantes à que me tinha sido proposta traduzir e descobri que a norma 9001 serviu de base para a elaboração da mesma (Pereira, 2017). Procurei a norma original em inglês, e encontrei posteriormente uma proposta de tradução da mesma para português. Assim, com estes dois documentos reunidos, criei uma TMX inicial através do programa LF Aligner. A tabela abaixo apresenta as fontes e títulos das normas referidas que são relevantes, considerando que serviram de auxílio a uma primeira tradução - ver ponto 4.1.1.

TÍTULO DO DOCUMENTO	AUTOR	LÍNGUA	FONTE
INTERNATIONAL STANDARD ISO/FDIS 9001	ISO 2015	Inglês	ISO, ISO 9001: 2015, Quality Management Systems - Requirements, disponível em <www.iso.org> a 12 de outubro de 2018
EN ISO 9001:2015 TRADUÇÃO LIVRE	Manuel Maurício de Sousa Araújo, Diretor Técnico ACT	Português	ACT (2014), Consultoria e Treinamento, Desenvolvendo Organizações e Pessoas, DIS, EN ISSO 9001:2015, disponível em: <www.actconsultoria.com.br>a 12 de outubro de 2018

Tabela 5 — Título e fontes das normas selecionadas para a TMX inicial

4.2.2. Tamanho do corpus

Seguidamente, apresento uma tabela com os dados quantitativos relativos ao corpus das normas que foram utilizadas neste projeto: a norma original e a norma traduzida. Estes dados foram obtidos com o auxílio da ferramenta online WordCounter.

	Norma original em Inglês	Norma traduzida para o Português
Número de palavras	19 330	24 255
Palavras únicas	3834	6493
N.º de palavras traduzidas por dia	--	~1984 palavras – estimativa obtida pela contagem do número de segmentos do memoQ traduzidos por dia.

Tabela 6 - Descrição do corpus traduzido

Como é possível verificar, o número de palavras da tradução para o português aumentou quase para o dobro. Poderei explicar isto se considerar as transposições que realizei quando a traduzir, por exemplo, diáteses passivas, o que, sendo uma mudança de ponto de vista pressupõe uma alteração ao do número de palavras da frase original. Se tivermos também em conta o facto de em inglês os artigos definidos não serem sintaticamente utilizados com tanta frequência como na língua portuguesa – é o caso de “o/a” e “os/as” – devido ao facto de a frase

¹TMX, é uma sigla abreviada de Translation Memory eXchange Document, que significa ficheiro de memória de tradução, um ficheiro bilingue que contém o texto da língua de partida e o texto traduzido na língua de chegada devidamente alinhados para uso posterior numa / através de uma CAT tool.

estar gramaticalmente correta (Biber, Longman, 2012) e também o facto de que na língua inglesa pode, por vezes, ocorrer a omissão do pronome relativo “that”, sendo este possível de ser traduzido por “que” (Biber, Longman, 2012), torna-se fácil compreender por que o documento na língua portuguesa contém mais palavras finais que o documento original, escrito na língua inglesa. De facto, e a título de exemplo, a norma original tem 131 ocorrências do pronome “that”, ao passo que há 351 ocorrências da conjunção “que” na norma traduzida. A norma original apresenta 972 ocorrências do artigo “the”, em oposição a 1181 ocorrências dos artigos definidos da língua portuguesa “O/a; os/as”.

4.3. Construção da base terminológica

4.3.1. Descrição da base terminológica

A base terminológica consiste numa coluna com termos da norma original, em inglês, que foram extraídos por uma *CAT tool* e posteriormente alinhados com a sua tradução, numa coluna ao lado, em português. Tal como referido anteriormente, o passo da criação da base terminológica é muito importante na medida em que, apesar de não ser o único aspeto relevante da tradução (Byrne, 2006), é um dos pontos principais da tradução técnica. Assim sendo, uma tradução de qualidade tem de prestar especial atenção à terminologia a utilizar.

No cômputo geral, não houve qualquer dificuldade na elaboração da base terminológica, com a exceção da tradução de alguns termos técnicos dos quais falarei com mais detalhe no ponto 4.5. Após a elaboração da base terminológica, submeti a mesma à Dra. Maria João Graça para aprovação. Os especialistas técnicos responsáveis pela elaboração da norma ISO 21001 foram quem reviu e aprovou a base terminológica elaborada por mim. A Dra. Maria João Graça encaminhou a

base terminológica para esses especialistas devido ao caráter técnico dos termos, que seriam mais bem avaliados por eles.

Esta base terminológica foi de grande auxílio durante o projeto, visto que resolveu vários dos problemas de tradução que iam surgindo e que, como iremos ver, foram maioritariamente de caráter linguístico. Será igualmente útil como base para futuras traduções sobre normas inseridas na mesma área de trabalho (sistemas de gestão para organizações educativas).

Apresento a seguir um gráfico de âmbito comparativo com dados quantitativos referentes à tipologia de termos encontrados na norma (original e traduzida), bem como dados quantitativos referentes aos termos presentes na base terminológica.

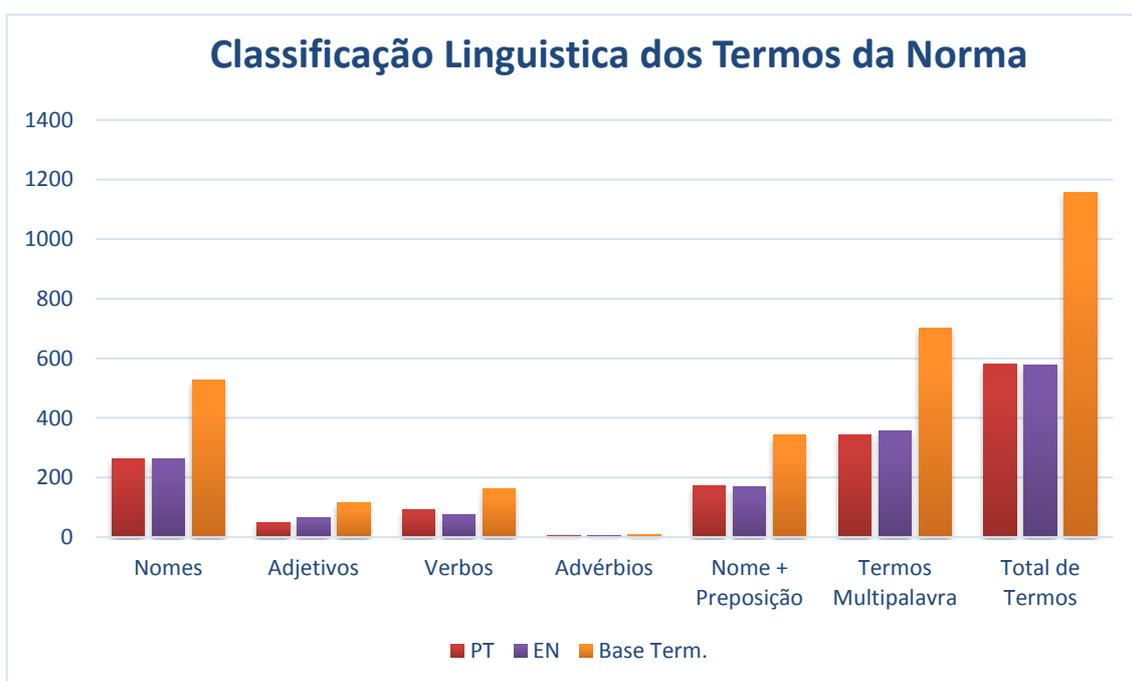


Gráfico 1 - Descrição do corpus e da base terminológica

Esta comparação tem o intuito de permitir a observação da classe gramatical dos termos presentes no corpus de tradução bem como na respetiva base terminológica. Isto poderá ser importante pois permite a visualização gráfica da aplicação de possíveis técnicas de tradução – por

exemplo, a modulação que permite a alteração da classe gramatical de um termo/expressão multipalavra para outra, o que poderá servir de explicação para algumas diferenças entre a quantidade de verbos presentes na norma traduzida e na norma original, observáveis no gráfico 1. Esta e outras técnicas aplicadas serão discutidas em mais detalhe no ponto 5.2.1.

4.3.2. Recursos utilizados para a criação e edição da base terminológica

Para criar a base terminológica extraí primeiramente os termos da norma ISO 21001 online com a ferramenta TermoStat e, seguidamente criei a base terminológica num ficheiro do software Microsoft Excel. Na tabela a seguir explico os procedimentos realizados.

Passo	Ferramenta Utilizada	Descrição/Dificuldades
1. Conversão do documento .pdf da norma original para .txt	Ferramenta online: PDF to Text, Disponível em: < https://pdftotext.com > a 13 de outubro de 2018	Este passo foi essencial para a posterior extração dos termos da norma no passo 2.
2. Extração dos termos	Ferramenta online: TermoStat, < termostat.ling.umontreal.ca > disponível a 13 de outubro de 2018	Esta ferramenta de fácil utilização permite a extração dos termos por categorias (nome, adjetivo, verbo e advérbio) e fornece diversos dados estatísticos sobre os mesmos.

<p>3. Construção da base terminológica</p>	<p>Microsoft Excel</p>	<p>Importação do documento criado pelo TermoStat no M. Excel, criando assim a base terminológica com os termos da norma em inglês. Para tal, na primeira linha de cada coluna deverá constar o nome, em inglês, do respetivo idioma dos termos.</p>
<p>4. Tradução/Revisão dos termos em inglês na base terminológica</p>	<p>Microsoft Excel e Tradução Automática (Google Translator Toolkit)</p>	<p>Tradução automática dos termos em inglês e posterior revisão da mesma na segunda coluna da base terminológica, no Excel. Após revisão e edição, está criada a base terminológica- anexo 2.</p>

Tabela 7- Procedimentos utilizados na criação da base terminológica

V. Identificação e Análise dos problemas de tradução

Como afirma Garcia, “os problemas relativos à tradução técnico-científica situam-se em três categorias gerais: lexical, gramatical e estilística. Os problemas relacionados com o léxico abrangem a maior parte das dificuldades de um tradutor.” (1992). Para efeitos do presente relatório, resolvi analisar o corpus da tradução e, conseqüentemente, as dificuldades que tive ao longo da mesma tendo em conta os três principais níveis da linguística: o léxico; a sintaxe e a morfologia.

Relativamente ao léxico, para o presente relatório, são consideradas dentro desta categoria as questões que se referem à tradução adequada de terminologia. No que se refere à sintaxe e à morfologia são discutidas a presença e tipo de voz do documento (diáteses passivas ou ativas), tipo de orações e modalidades frásicas. São também apresentadas as técnicas de tradução utilizadas para cada dificuldade encontrada.

Após a análise linguística apresento também uma reflexão sobre o que Garcia denominou na altura de “estilo” (1992), e que se refere ao registo linguístico, ou seja, ao tipo de linguagem utilizada por mim, enquanto tradutora numa tradução técnica como o foi a da norma ISO 21001.

5.1 Análise linguística do corpus da tradução efetuada

A linguística é uma disciplina científica que se dedica ao estudo da linguagem humana, da cognição, da mente e dos relacionamentos estabelecidos entre si. Portanto, fazer uma análise linguística significa utilizar conhecimento linguístico para analisar alguns dos materiais da linguagem (D’Acquisito, 2017). No âmbito do presente relatório, focar-me-ei em três dos principais domínios da linguística: o léxico, a sintaxe e

a morfologia (Finch, 2005). Passo a explicar em que consiste cada um destes campos.

O léxico refere-se ao vocabulário utilizado, ou seja, aos lexemas - palavras de significado geral - e, neste caso, aos termos utilizados - palavras de significado específico numa dada área de especialidade (Cabré, 2010). Neste campo, irei analisar principalmente o documento traduzido no que respeita a terminologia nele presente.

A sintaxe é o conjunto de regras, princípios e processos que governam a estrutura das orações num determinado idioma, o que geralmente inclui a ordem em que as palavras se encontram. Uma característica básica da sintaxe é a sequência na qual o sujeito, o verbo e os complementos geralmente aparecem numa frase. Por exemplo, a sequência numa frase pode ser - sujeito + verbo, ou verbo + sujeito sendo que a sintaxe analisa possíveis consequências a nível gramatical e semântico dessa ordem. Em consequência disso, analisa assuntos tais como o tipo de orações presentes num documento. O termo “sintaxe” é então frequentemente utilizado para referir o estudo desses mesmos assuntos (Chomsky, 2002).

A morfologia é o estudo das palavras, da forma como elas são formadas e a sua relação com outras palavras na mesma língua. (Aronoff et. al., 1992; Anderson, 2011). Na análise morfológica irei tratar sobretudo do verbo, abordando o assunto da presença de diáteses, o tipo de modalidade que os verbos conferem ao texto, e as formas como o contexto pode alterar o significado de uma palavra. A morfologia difere da lexicologia, que, como referi acima, é o estudo dos lexemas e dos termos e de como estes compõem o vocabulário de uma língua, ao passo que a morfologia é o estudo de todas as palavras e da sua função gramatical (por vezes semântica) num texto (Sankin, 1979).

No final irei refletir sobre o tipo de registo linguístico utilizado ao longo do documento original e o adotado na tradução e em possíveis

diferenças culturais a nível da Educação entre a língua do país do documento de partida e a do documento de chegada.

5.1.1 A nível terminológico

A nível terminológico irei focar-me essencialmente nas dificuldades sentidas aquando da tradução dos termos presentes na norma. Antes de proceder à descrição das mesmas, irei apresentar a distinção entre palavra, expressões multpalavra e termos, distinção esta que será importante compreender no contexto desta análise.

De acordo com Masini (2005), as expressões multpalavra são unidades lexicais maiores do que a palavra e podem conter significado idiomático e composicional sendo que o termo multpalavra é usado para incluir colocações e expressões fixas (2005: 145 *apud* Muller, 2011). Outra definição mais detalhada é a de Sprenger (2003), apresentada no mesmo artigo de Muller, que define essas expressões como referentes a combinações específicas de duas ou mais palavras tipicamente utilizadas para expressar um conceito específico (2011).

Estas expressões multpalavra são estáveis na medida em que formam uma única unidade lexical. Isto significa que as expressões multpalavra funcionam como um só “objeto”, uma só unidade. As palavras constituintes dessa unidade não podem ser pronunciadas isoladamente para se referirem ao mesmo significado do seu todo, ou seja, da expressão multpalavra (Wray, 2008 *apud* Muller, 2011). Tal significa que as expressões multpalavra são unidades semânticas independentes e que devem ser tratadas como uma só “palavra”. Ao longo da norma e como foi possível verificar no Gráfico 1, houve bastantes termos multpalavra. Tal influenciou a minha tradução na medida em que tive de aplicar técnicas de tradução indireta para os termos multpalavra dado que, conforme a sua definição indica, apesar de esses termos terem dois ou mais constituintes, há apenas um significado. Como tal, posso dizer que a

tradução literal não se aplicava, dado que não iria transmitir o significado global do termo, mas antes o significado “palavra a palavra” do mesmo, o que não seria correto. Antes de discutir exemplos concretos, apresento abaixo a tabela 7—com o resumo das técnicas de tradução utilizadas para a tradução dos termos presentes na norma. Esta tabela foi feita tendo em conta a base terminológica previamente elaborada e nela consta, na coluna da esquerda, uma lista das técnicas de tradução (direta e indireta) e na coluna da direita o número das respetivas ocorrências das mesmas aquando da tradução da base terminológica.

		<i>Nº</i>	<i>de</i>
		<i>ocorrências</i>	
	Número de Termos	579	
	Número de E. Multipalavra	358	
<i>Tradução Direta (Literal)</i>	Empréstimos	5	
	Decalques	0	
	Tradução Literal	220	
<i>Tradução Indireta (Oblíqua)</i>	Adaptações/Equivalências	354	
	Modulação	1	
	Transposição	7	

Tabela 8 - Técnicas de tradução utilizadas a nível terminológico

Segue-se a tabela 9 que contém exemplos detalhados das técnicas de tradução aplicadas, bem como a justificação da sua aplicação.

<i>Input/output</i>	Entrada /saída/ resultado	Empréstimo	O termo não tem um equivalente perceptível na língua portuguesa.
<i>Retain documented information</i>	Reter	Equivalência: Manter/guardar	Traduzi-o inicialmente de forma literal, mas acabei por modificá-lo para uma equivalência, por ser esse o termo utilizado e preferido pelo IPQ em normas anteriores. Acaba por ser uma expressão multipalavra utilizada, assim, em contexto de normas.
<i>Measuring</i>	Medindo	Transposição: medição	O termo original era um verbo, mas na sua tradução para o português, transformei o termo original num nome “medição”, principalmente porque o gerúndio não é utilizado no português com o mesmo valor de “nome”, tal como o é no inglês (Biber, Longman, 2012).
<i>Provider/ Provision</i>	Fornecedor/Fornecimento	Dístico (Equivalência e Tradução literal): prestador (de serviços) e fornecedor	<p>O nome “provider” e o seu derivado, “provision” são termos ambíguos, ou seja, em português existem de duas formas e aparecem na norma, em algumas instâncias, como equivalentes a “prestador/prestação (de serviços)” e noutras literalmente como “fornecedor/fornecimento (de produtos)”. Apresento abaixo alguns exemplos ilustrativos deste problema.</p> <p style="text-align: center;">EXEMPLO</p> <p>1. “<u>external providers</u> include suppliers and other external organizations providing outsourced services” (ISO 21001, 2018: 50); (TRADUÇÃO ADOTADA) os <u>fornecedores externos</u> incluem fornecedores e outras organizações externas a prestarem serviços terceirizados;</p> <p>2. “<u>provision</u> of higher education through the supply of places for internships.” (ISO 21001, 2018: 52) (TRADUÇÃO ADOTADA) <u>prestação</u> do ensino superior através da oferta de vagas para estágios.</p> <p>3. to the <u>provision</u> of the adequate resources (ISO 21001, 2018: 52) (TRADUÇÃO ADOTADA) ao <u>fornecimento</u> de recursos adequados</p> <p>Assim, optei por utilizar ambas as técnicas (tradução literal e</p>

equivalência) para a tradução destes termos, alternando entre elas conforme a interpretação do contexto em que os termos surgiam.

<i>Top management</i>	Gestão de topo	Tradução Literal		A tradução inicial deste termo tinha sido “gestão superior”, uma equivalência. No entanto, alterei-a para a tradução literal por motivos de conformidade com a terminologia adotada pelo IPQ.
<i>Building competences</i>	Construindo competências	Dístico (Transposição): Desenvolvimento de competências	e	O termo original “building” é um verbo terminado em -ing com valor de “nome”. Na língua portuguesa, no entanto, como o gerúndio não é utilizado com o mesmo valor (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017), tive de o transformar em nome adotando também uma equivalência para o verbo “build”. “Construir” remete para algo que irá ser ainda “construído”, quando o que se pretendia dizer neste contexto era o “desenvolvimento”, neste caso, de competências. Assim para a tradução final deste termo adotei duas técnicas de tradução.
<i>Rationale</i>	Racional	Empréstimo		Sendo um termo que estava presente na norma original como empréstimo, optei por mantê-lo também como empréstimo na tradução porque é um termo técnico que é vulgarmente utilizado na sua forma em latim, também na língua portuguesa.
<i>Employees</i>	Empregados	Equivalência: colaboradores		Optei por uma equivalência, neste caso por motivos de registo linguístico. “Colaboradores” pareceu-me mais adequado do que “empregados”, que tem uma conotação mais negativa em relação à alternativa que escolhi.
<i>Evidence-based decision</i>	Decisão baseada em evidências	Dístico literal (Tradução e Transposição)	e	No termo original, “evidence-based decisions”, “decisions” é o nome, e “evidence-based” é adjetivo. Na sua tradução literal para o português, “em evidências” fica transformado em nome com função sintática de complemento. Assim, utilizei duas técnicas de tradução para este termo.
<i>Educational organization</i>	Organização educacional	Equivalência: Organização educativa		Este termo estaria correto tanto como “organização educacional” ou “organização educativa”; no entanto a equivalência foi o termo preferido pelo IPQ.

<i>Pre-admission information</i>	Informação de pré-admissão	Transposição: Informações de pré-admissão	No termo original, “information” é um adjetivo, dado estar a caracterizar o nome “pre-admission” ao qual “pertence”. No entanto na sua tradução, “informações de pré-admissão” constituem uma expressão multpalavra em que todos os seus constituintes são um nome devido à presença da preposição “de” que os interliga. Na língua inglesa tal não é possível, pelo que para expressar o possessivo de nomes não referentes a nomes próprios a construção frequente é “nome+adjetivo”. Uma construção como “Information of pre-admission”, tradução literal do que acontece na língua portuguesa em “informações de pré-admissão” não é tão frequente (Alexander L.G, Longman, 2000).
<i>Management review</i>	Revisão da gestão	Modulação: Revisão pela gestão	A opção pela técnica da modulação foi feita pelo IPQ, que preferiu a utilização da preposição “para” em vez de “da”, possivelmente para enfatizar que os autores da “revisão” foram os membros da equipa de “gestão”.
<i>Delivery of educational products and services</i>	Entrega de serviços educativos onais	Equivalência: Prestação de serviços educativos	O termo “delivery” não tem equivalente direto na língua portuguesa com o mesmo significado, por isso tive de encontrar uma palavra que significasse o mesmo, aplicada a “serviços”, que foi “prestação”.
<i>Default age-appropriate grade</i>	Idade apropriada padrão para o grau	Dístico (Equivalência e Transposição): nota padrão apropriada à idade	Neste termo “default age-appropriate” é um adjetivo que caracteriza “grade”, que é nome. O significado do mesmo pretende refletir a qualidade da nota (e não grau) – daí ter aplicado uma equivalência. Na sua tradução tive igualmente de separar o adjetivo “age-appropriate” em duas palavras e transformá-las no verbo “apropriar” conjugado no particípio e no nome “idade” para que o mesmo fizesse sentido em termos semânticos e também para transmitir o significado de que era a “nota padrão” que estava “apropriada” para a “idade” dos alunos.
<i>Coaching</i>	Treino	Empréstimo	“Coaching” é um termo vulgarmente utilizado na língua portuguesa, pelo que achei ideal mantê-lo na língua original para melhor preservar o seu significado.
<i>Hygiene care</i>	Cuidado de higiene	Dístico (Tradução literal e Transposição): cuidados de higiene	Na formação do possessivo de nomes comuns em inglês, não se usa a preposição “of” (Alexander L.G, Longman, 2000) com frequência. Assim sendo, neste termo em inglês, “hygiene” tem valor de adjetivo, e na tradução literal para o português,

transforma-se em nome aliado à preposição “de” - “de higiene”.

<i>Internal and External Issue</i>	Problema interno e externo	Equivalência: questão interna ou externa	“Issue” pode ser literalmente traduzido como “problema”. Porém, no contexto da norma não se referia exatamente a um “problema”, com conotação negativa, mas a um assunto que pudesse surgir, pelo que “questão” me pareceu a melhor opção.
<i>Scope</i>	Âmbito	Tradução literal e Equivalência “Campo de Aplicação”	O termo “scope” foi por mim originalmente traduzido de forma literal, mas em algumas instâncias, nomeadamente no título do capítulo 1 da norma em questão, traduzido por uma equivalência: “campo de aplicação” por ser o termo preferido pelo IPQ, presente em normas anteriormente traduzidas. Noutras instâncias em que “scope” tinha o significado de “objetivo final/âmbito”, este foi traduzido de forma literal.
<i>Design</i>	Desenho (ou empréstimo “Design”)	Equivalência: Conceção	A aplicação de uma equivalência para este termo foi-me sugerida pelo Prof. Dr. Fernando Ferreira Alves aquando da revisão da minha tradução. Tinha inicialmente optado por um empréstimo, dado o termo “design” ser também utilizado na língua portuguesa e a sua tradução literal não fazer sentido a nível semântico, mas optei por seguir a sugestão do meu professor dado que no contexto da norma, “design” tem o significado de construir algo, “conceber”, e o significado de “design” vulgarmente conhecido em português poderia ser associado a outras áreas do conhecimento como a moda ou a arquitetura, o que não seria aplicável.
<i>Evidence</i>	Evidências	Tradução literal	Optei por uma equivalência na tradução inicial deste termo: “provas”. No entanto, na versão final, optei pela tradução literal por razões de conformidade com a terminologia escolhida pelo IPQ.
<i>Ongoing focus</i>	Foco contínuo/contínuo	Equivalência: enfoque permanente	Optei por utilizar uma equivalência na língua portuguesa para o adjetivo “ongoing”, dado que “contínuo” seria uma tradução demasiado literal cujo significado não se aplicava ao contexto, que era o de um “enfoque”, isto é, concentração constante/permanente nos alunos. O adjetivo “contínuo” não se aplica em português ao nome “enfoque”, pelo menos não neste caso.

<i>Nonconforming educational product</i>	Produto educacional não-conforme	Transposição: Produto educativo em não conformidade	No termo original, “nonconforming” é um adjetivo que caracteriza o termo “educational product”. No entanto, na sua tradução transformei-o em nome aliado à preposição “em”. A sua tradução literal “não-conforme”, apesar de não estar errada em termos gramaticais, não se aplicava ao registo cuidado presente ao longo da norma, pelo que “em não conformidade” é a construção mais presente em documentos como a norma (ISO 9001).

Tabela 9- Técnicas de tradução aplicadas a nível terminológico e justificação para a sua aplicação

Tendo efetuado uma tradução técnica faz sentido que alguns dos termos tenham sido traduzidos de forma direta através de uma tradução literal, dado o seu significado ser técnico e não dependente do contexto, sendo ainda o mesmo tanto na língua de partida como na língua de chegada. É possível visualizar exemplos disso na base terminológica – ver anexo 1: “learner, organization, school, interested party, educational service, product, ...”.

Não obstante, podemos verificar no gráfico 1 que a maioria dos termos da norma original é composta por expressões multipalavra, o que inviabilizou de imediato a sua tradução literal, dado estas expressões terem um único significado resultante daquela junção específica de todos os seus constituintes. Esse significado é independente do significado que as palavras dessa expressão possam ter quando tratadas em “singular”, como palavras únicas. Uma tradução literal implicaria a tradução de cada um dos constituintes da expressão multipalavra separadamente e iria, portanto, atribuir um significado distinto para cada um deles, o que não resultaria no “significado único” que é característica das expressões multipalavra.

Verificamos igualmente que a quantidade de nomes e adjetivos na norma em inglês é superior à da norma em português, o que pode ser ilustrativo do número de transposições que eu optei por fazer durante a tradução.

Os termos com os quais me debati mais em termos de dificuldade foram o nome “provider” e o seu derivado, “provision”; “top

management”; “design”; “delivery (of products and services)” nos quais acabei por adotar a técnica da equivalência. Creio que tal dificuldade surgiu precisamente do facto de estes termos não terem um significado facilmente traduzível de forma literal, isto é, de não terem um equivalente direto na língua portuguesa. Esta dificuldade foi ultrapassada através de investigação de termos que transmitissem o mesmo significado dos termos da língua de partida. Procurei essencialmente, tal como ditado na teoria Skopos, manter o significado original do que era dito na norma em inglês durante a minha tradução, aplicando modificações sempre que tal se provava necessário para a transmissão da informação na sua íntegra para o texto de chegada, e conseqüentemente, para o público-alvo.

5.1.1.1 A nível dos sistemas de ensino

Considerando a norma um documento técnico, o aspeto cultural da mesma não esteve presente e, por conseguinte, não houve dificuldades ao nível desse âmbito na tradução. A única diferença com que me deparei entre a língua de partida e a de chegada foi relativamente ao tipo de sistemas de ensino.

Nos Estados Unidos da América e no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, existem três divisões de ensino por idades: “elementary school” também chamada de “primary school”, “middle school” e “secondary school”, às que se segue o ensino superior e às que precede a “pre-school”, equivalente a “creche” onde estudam as crianças até aos 5/6 anos de idade. Uma “elementary school” contém, dependendo da localização, a classe do 1º ao 4º ano, do 1º ao 5º ano ou do 1º ao 6º ano. Em Portugal, as crianças do 1º ao 4º ano são colocadas numa escola primária, e a partir do 5º ano até ao 9º, já são consideradas como estando no ensino básico ou 3º ciclo. Já nos E.U. e no Reino Unido, a partir do 6º ano até ao 9º, as crianças vão para a “middle school”, sendo que o 5º ano ainda é considerado como pertencente à primária. A partir

do 9º ano até ao 12º ou do 10º ano até ao 12º, os adolescentes vão para a “secondary school”. Em Portugal, verifica-se o mesmo, a partir do 10º ano até ao 12º existe o ensino secundário. A diferença mais significativa está mesmo na divisão entre “elementary” e “middle school” e o ensino primário e básico. A “middle school” toma, por vezes, também o nome de “intermediate school” ou “junior high school” (Perkins et. al., 2010:12).

Na presente norma deparei-me apenas com quatro dos termos acima: “pre-primary”, “early childhood education”, “primary” e “secondary”. Estes termos aparecem no contexto de uma tabela num capítulo que aborda sugestões para melhorar o aproveitamento escolar. Nessa tabela estão presentes as principais categorias de instituições de ensino – creche, ensino primário, e ensino secundário - às quais se juntam “universidade/faculdade”, entre outras, como “educação para adultos” e “formação profissional”. Essa tabela não faz referência a qualquer termo equivalente a “middle school”. Tendo a norma um carácter internacional, penso que tal se deva às diferenças existentes entre os vários países no que respeita à classificação do significado de “middle school”, sendo que o único ponto em que todos os países concordam é que este tipo de ensino está entre “primary” e “secondary”, ou seja, entre o ensino primário e o secundário. Não obstante, apresento na tabela 15 os equivalentes que escolhi para a tradução destes termos na presente norma.

<i>Termo Inglês</i>	<i>Variações do termo inglês</i>	<i>do Tradução em Adotada</i>	<i>Técnica de Tradução utilizada</i>	<i>de Termo está presente na norma?</i>
Pre-primary	Pre-school;	Pré-escola	Tradução literal	Sim
Early childhood education	Pre-school; pre-primary	Ensino pré-escolar	Equivalência cultural	Sim

Primary	Elementary school	Primária	Equivalência cultural	Sim
Intermediate school	Middle school/ Junior high school	Ensino básico	Adaptação	Não
Secondary	High school	Secundária	Tradução literal	Sim

Tabela 10- Tradução de termos relativos à Educação presentes na norma ISO 21001 e Técnicas de Tradução Utilizadas

5.1.2 A nível sintático

A nível sintático irei fazer uma comparação entre o documento de partida e a minha tradução em termos da presença de construções hipotáxicas e discutir, havendo diferenças entre ambos, de como essas diferenças se refletiram no significado final e apresentar uma justificação para as mesmas. Considero importante uma análise a este nível devido ao facto de acreditar que “desconstruir” o texto em pequenas partes linguísticas, neste caso, a nível da frase e da oração, ajuda o tradutor a compreender melhor tanto o que é dito a nível semântico, como o que é dito a nível linguístico. Isto é, ajuda o tradutor a compreender a oração através da compreensão das suas regras gramaticais – sendo estas os seus alicerces.

O documento original é, na sua maioria, composto por hipotaxe – ou seja, por orações com mais de um verbo denominadas de orações subordinadas. Estas dividem-se em três grupos - adjetivas, substantivas e adverbiais. A norma original é, assim, composta por orações complexas, embora relativamente curtas. Estes grupos subdividem-se ainda, cada um, em mais ramos. As orações subordinadas adjetivas são as que assumem o “papel” de adjetivo na frase e subdividem-se em explicativas e restritivas, sendo que a diferença entre estes dois subgrupos é que as explicativas fornecem informação extra à frase que pode ser retirada da mesma sem afetar o seu sentido, ao contrário das restritivas, cuja informação é essencial. As orações explicativas estão geralmente mais presentes em textos literários, ou em textos de carácter informal (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017).

As orações subordinadas substantivas ocupam o “papel” de nome numa frase, e podem ser completivas – quando completam o sentido da frase, sendo nesse caso introduzidas pela conjunção “que” – ou relativas, quando substituem um pronome, sendo, nesse caso, introduzidas pelas conjunções “que”, “quem” ou “cujo/a”.

Por fim, as orações adverbiais subdividem-se em mais grupos, nomeadamente em orações adverbiais condicionais, causais, concessivas, finais, comparativas, temporais e consecutivas. O nome dos grupos é indicador da sua função, isto é, as orações condicionais expressam condições ou condicionantes; as causais utilizam-se para apresentar uma justificação/causa para determinado acontecimento; as concessivas para expressar uma concessão; as finais para apresentar uma conclusão; as comparativas para estabelecer uma comparação a nível de superioridade, igualdade ou inferioridade; as temporais fornecem informações relativas à data e ao momento da ação e, por fim, as consecutivas utilizam-se para expressar conseqüências ou resultados de uma ação anterior (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017).

As orações subordinadas opõem-se às coordenadas, que são constituídas apenas por um verbo e são, portanto, mais simples. Estas dividem-se em copulativas, adversativas, disjuntivas e finais.

Os elementos das orações complexas, e mesmo os das mais simples, estão ligados entre si por palavras que determinam o significado das orações e as identificam como sendo adjetivas, adverbiais ou substantivas, no caso das orações subordinadas, ou como sendo copulativas, disjuntivas, adversativas ou finais no caso das orações coordenadas (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017). Essas palavras são as conjunções - conjunções subordinativas, as que ligam orações subordinadas - e conjunções coordenativas, as que ligam orações coordenadas.

Cada um dos subgrupos das orações subordinadas adverbiais está associado a determinadas conjunções que podem repetir-se entre eles. As orações causais, por exemplo, podem ser introduzidas pela conjunção “porque” ou “pois”, ou por “uma vez que”; sendo que “pois” pode também introduzir orações finais – a classificação do tipo de oração aqui dependerá do contexto, ou seja, do valor semântico da oração (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017).

Ao contrário dos documentos científicos escritos em inglês (Duke University, 2019), a norma original que traduzi não era rica em orações coordenadas, mas antes em construções hipotáticas, como referi acima.

Acrescento que o tipo de orações na língua inglesa se assemelha bastante ao tipo de orações na língua portuguesa (Alexander, L.G, Longman, 2000) e, por isso, foi possível estabelecer uma ligação entre o documento original e a minha tradução a esse nível da sintaxe.

Devido à extensão do texto, não o consegui analisar em pormenor em termos de tipos de orações, embora analisando a presença das diferentes conjunções subordinativas em ambos o documento original e o documento traduzido, tenha conseguido elaborar o seguinte gráfico:

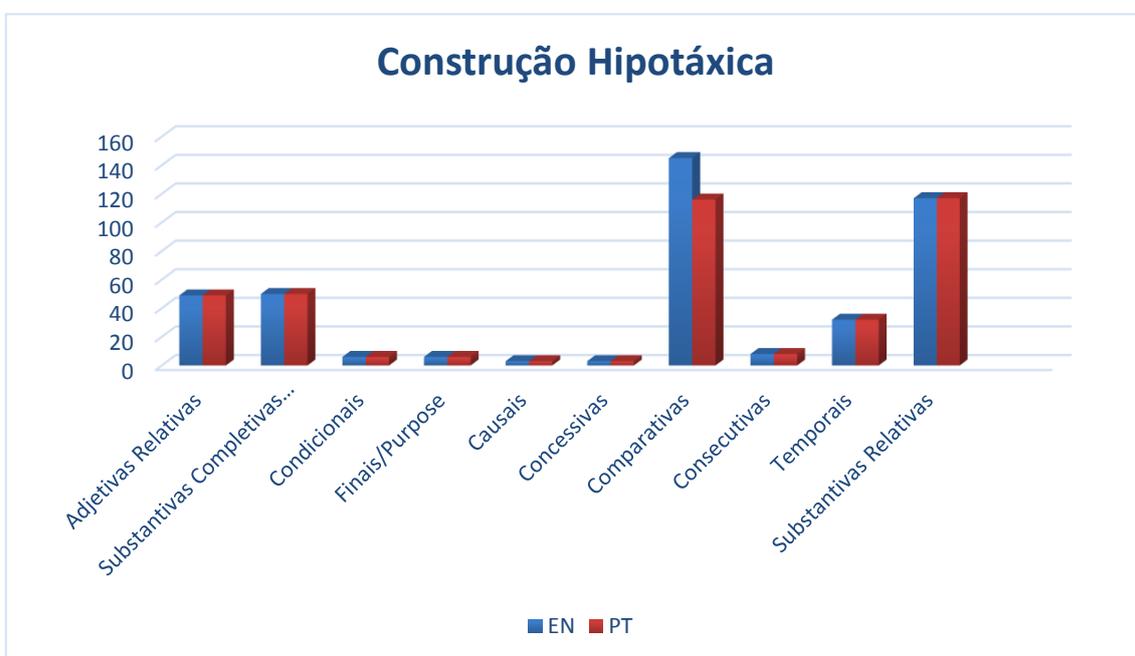


Gráfico 2- Construções hipotáticas presentes no corpus

Acrescento que devido ao facto de existirem conjunções que podem estar presentes em vários tipos de oração - como a conjunção “que”, que classifica tanto orações relativas como completivas - antes da elaboração do gráfico acima revi as orações em que elas estavam presentes, de modo a poder classificá-las. Podemos verificar que não houve discrepância entre o documento original e o traduzido no que toca às orações, o que significa que a tradução foi mais literal neste aspeto e, por conseguinte, o

tipo de orações manteve-se, não tendo havido alterações a nível sintático na tradução. Caso tivessem ocorrido modulações, em que há uma mudança na perspetiva do que é dito, a estrutura da frase do texto de chegada iria ser, por exemplo, diferente da do texto de partida e por conseguinte, o tipo de oração bem como a conjunção seriam diferentes. No entanto, durante a tradução procurei manter no texto de chegada o mesmo tipo de oração que no texto de partida com a finalidade de preservar o significado original, não tendo havido necessidade de aplicar modulações, pelo que isso se reflete na semelhança do tipo de orações encontradas em ambos os textos.

As orações mais comuns foram as subordinadas adverbiais comparativas de igualdade, introduzidas pela conjunção em inglês “as well as”, que eu traduzi em “bem como” presentes quando, por exemplo, a comparar o sistema de ensino de “alunos” com o de “outros beneficiários” ou com o de outras “partes interessadas”. Este tipo de comparação foi frequente, isto é, foi bastante expressa ao longo do documento o nível de igualdade existente entre alunos e outras partes interessadas do ensino (professores, encarregados de educação, etc.). No entanto, este tipo de orações foi muito frequente também devido à presença de enumerações de objetivos a cumprir, considerando que o documento traduzido foi uma norma de carácter instrucional. Apresento abaixo exemplos desse tipo de oração.

Oração em Inglês	Tradução	Comentário
...the requirements of learners and other beneficiaries, as well as other relevant interested parties (vi)	...os requisitos dos alunos e de outros beneficiários, e também de outras partes interessadas, bem como para melhorarem a sua capacidade de o continuarem a fazer.	Oração adverbial comparativa. Este tipo de oração transmite uma ideia de igualdade entre as entidades envolvidas no sistema de ensino, pelo que o tipo de oração na tradução tinha de ser naturalmente o mesmo.
...management systems of educational	...gestão das organizações educativas,	Oração adverbial

<p>organizations as well as the impact of these on learners and other relevant interested parties. (vi)</p>	<p>bem como no impacto destes sobre os alunos e sobre outras partes interessadas relevantes</p>	<p>comparativa</p>
<p>The information conveyed can include information about the delivery of educational programmes, intended learning outcomes, qualifications, innovations, new ideas, as well as scientific results, methods, approaches and the underlying learning products and services. (17)</p>	<p>As informações transmitidas podem incluir informações sobre a prestação de programas educativos, os resultados de aprendizagem esperados, qualificações, inovações, novas ideias bem como sobre resultados científicos, métodos, abordagens e produtos e serviços de aprendizagem subjacentes.</p>	<p>Oração adverbial comparativa</p>
<p>a) adequate information that takes into account organizational requirements and professional requirements, as well as the organization's commitment to social responsibility (26)</p>	<p>a) informação adequada que tenha em consideração os requisitos organizacionais e profissionais, bem como o compromisso da organização com a responsabilidade social;</p>	<p>Oração adjetiva restritiva adverbial comparativa (principal) e comparativa (subordinante). Este tipo de oração contém um nome (neste caso, "adequate information") que é especificado pela oração relativa iniciada pelo pronome relativo "that". A oração adverbial comparativa apresenta a ideia de igualdade existente entre "requirements" e "commitment to social responsibility".</p>
<p>The organization shall monitor the satisfaction of learners, other beneficiaries and staff, as well as their perceptions of the degree to which their needs and expectations have been fulfilled.</p>	<p>A organização deve monitorizar a satisfação dos alunos, de outros beneficiários e pessoal, bem como as suas perceções do grau em que as suas necessidades e expectativas foram cumpridas.</p>	<p>Oração subordinada adverbial comparativa (principal) e adjetiva restritiva (subordinante)</p>
<p>...requirements regarding the specific needs of a given learner can only be determined after the service delivery</p>	<p>...os requisitos sobre as necessidades específicas de um determinado aluno só podem ser determinados</p>	<p>Oração subordinada adverbial temporal. Este tipo de orações transmite uma ideia de tempo através da conjunção</p>

has started and the cohort of learners is known.	após a prestação do serviço ter sido iniciada e o grupo de alunos ser conhecido.	“after”.
The organization shall ensure that relevant documented information is amended, and that relevant interested parties are made aware of the changed requirements...	A organização deve assegurar-se de que as informações documentadas relevantes são alteradas, e de que as partes interessadas relevantes tomam conhecimento dos requisitos alterados...	Oração subordinada substantiva completiva

Tabela 11. Exemplos de orações presentes no corpus

Houve igualmente bastantes orações substantivas e adjetivas restritivas e poucas orações adverbiais, sendo que tal pode ser explicado pelo carácter descritivo e impessoal da norma. Esta procura transmitir não apenas informação, mas instruções específicas sobre um dado domínio e, por conseguinte, não utiliza conjunções que expressem outro tipo de ideias que estariam presentes num texto informal, numa tese ou num artigo científico. Estes procuram expor uma ideia ou discutir determinado assunto recorrendo a justificações, apresentação de argumentos e de contra-argumentos, conclusões e alternativas, ou seja, por meio de orações causais, concessivas, finais, condicionais ou consecutivas.

Assim, para manter o significado do dito no documento original apliquei a técnica da tradução literal no que respeita a manutenção do tipo de orações presentes no texto de partida. Seguindo a teoria do Skopos bem como a teoria que defende a preservação do significado na tradução (Nida, 1991), não encontrei necessidade nem a nível gramatical nem semântico de efetuar modulações ou qualquer outra técnica de tradução que pudesse alterar o tipo de oração presente no documento original.

5.1.3 A nível morfológico

5.1.3.1 Diáteses

No âmbito da análise morfológica no presente trabalho, achei pertinente a análise do verbo, por ter sido o elemento linguístico que apresentou mais aspetos relevantes aquando da tradução.

Sobre este assunto irei debruçar-me sobre um aspeto da linguística que apresenta frequentemente um obstáculo para os tradutores de inglês – a presença de diáteses passivas. A diátese, ou voz do verbo (Moreira et Pimenta, 2017) é a forma como o verbo “se apresenta” numa oração, que pode ser na forma ativa ou passiva.

A literatura relativa ao português europeu apresenta várias propostas de tipologia das construções passivas, sendo elas “eventiva, adjetival, pronominal e infinitiva” (Estrela, 2013). No presente relatório, tal como Estrela (2013), irei tratar o termo passiva eventiva como sendo equivalente a passiva verbal, isto é, referente apenas ao verbo.

A frase ativa distingue-se da frase passiva através da perspetiva que ela fornece da mesma oração. Na frase ativa, o sujeito é o agente responsável pela ação expressa pelo verbo e, na frase passiva, o sujeito sofre a ação expressa pelo verbo.

Na frase passiva, o sujeito não pratica a ação, e por isso é necessário um complemento que indique o responsável pela ação sofrida pelo “sujeito” (o complemento direto).

A frase passiva resulta de uma transformação da frase ativa, embora essa transformação nem sempre seja possível em todos os casos, como iremos ver. O sujeito da frase passiva (o queijo) é o complemento direto da frase ativa. O verbo da frase ativa (comeu) passa a ser conjugado na forma participial com o verbo “ser” na voz passiva (foi comido). Na frase passiva apenas podem ocorrer formas participiais de verbos bitransitivos e transitivos, ou seja, de verbos que contêm um

complemento direto - isto é, um objeto que responde à pergunta muda “O quê?” do verbo - e um complemento indireto, um objeto que responde à pergunta muda “A quem?” do verbo; ou de verbos que contêm apenas um complemento direto. Não podem ocorrer nas passivas eventivas formas participais de verbos sem complemento direto (Viana, 2006; Estrela, 2013). Seguem alguns exemplos, retirados de Viana (2006), de frases incorretas gramaticalmente por esse motivo.

*O Luís foi tossido

*O prato foi caído

*O Luís foi telefonado

*O teatro foi gostado

Em suma, a estrutura das frases na voz ativa tanto em inglês como em português, é a mais comum, a mais clara e a que mais usamos diariamente. É formada da seguinte forma em ambas as línguas:

SUJEITO + VERBO + COMPLEMENTO DIRETO

Um exemplo na língua inglesa de Lopes (2015) - Julia + bought + the new Game of the Thrones book (sujeito (Julia) + verbo (bought) + complemento direto (the new... book).

Usamos a voz passiva quando a pessoa que pratica a ação é desconhecida ou não é relevante ao tipo de informação que queremos passar. Este tipo de construção é bastante utilizado nos discursos políticos, onde por vezes não se quer enfatizar o sujeito que praticou a ação, mas sim a própria ação (D’Acquisto, 2017). Em “The eclipse can be observed tonight” (Lopes, 2015), a frase enfatiza a ação de “observar o eclipse”, não dando relevância a quem o irá fazer.

Entre as passivas é ainda importante, para os efeitos do trabalho realizado, distinguir entre passivas pessoais e impessoais. Tenhamos em conta os seguintes exemplos de Estrela (2013):

(a) O livro foi lido pelo João.

(b) Leu-se o livro.

Ambos os exemplos estão na voz passiva, muito embora (a) seja uma passiva pessoal e (b), impessoal. Nas passivas pessoais, o complemento direto do particípio passivo é interpretado como sujeito e ocupa a posição de “sujeito”. Nas passivas impessoais, a posição do sujeito frásico não está preenchida e o complemento direto ocupa a posição básica, característica do complemento nominal do verbo.

Tal como mencionei acima, a voz ativa e a voz passiva podem, com frequência, ser vistas como “interchangeable”, ou seja, facilmente passíveis de se transformarem uma na outra, conforme desejado (Estrela, 2013). No entanto, uma das grandes dificuldades da tradução destas construções é precisamente o facto de muitas das vezes isso não ser possível e, portanto, o tradutor ter de desconstruir completamente a frase, para a “transformar” na voz ativa, na língua de chegada.

Um argumento que diz respeito à não equivalência total de ambas as construções em termos semânticos, pode ser constatado através dos exemplos na língua inglesa (c) e (d), de Chomsky (1965):

(c) Everyone in the room speaks two languages. (Toda a gente da sala fala duas línguas).

(d) Two languages are spoken by everyone in the room. (Duas línguas são faladas por toda a gente na sala).

Vemos, portanto, que a equivalência total entre a diátese ativa e a passiva nem sempre é conseguida (Estrela, 2013). Os exemplos acima mostram que os sujeitos e os verbos em ambas as frases podem ter significados diferentes. Enquanto que em c) é enfatizado o facto de todos falarem duas línguas, em d) sublinha-se que há duas línguas específicas que toda a gente é capaz de falar.

Para que um verbo seja aceite numa construção passiva eventiva, há um conjunto de restrições a que está sujeito (Lopes, 2015; Estrela, 2013), nomeadamente restrições de ordem sintática e semântica. As restrições de ordem sintática são questões de transitividade (2013: 15), como referi

acima; enquanto as de ordem semântica são questões como as que vimos em c) e d).

Como anteriormente referido, os verbos transitivos são tidos como os únicos verbos que podem ser utilizados na construção passiva verbal. No entanto, alguns autores (Jaeggli 1986; Baker et al. 1989) discutem a transitividade como condição fundamental para a criação de passivas eventivas (Estrela, 2013). Se em português a construção de passivas com verbos sem qualquer complemento direto não é geralmente autorizada, outras línguas, como o inglês, permitem-no. Seguem-se exemplos de Duarte & Oliveira (2010: 403, retirados de Estrela, 2013: 16).

(e) John was asked to do the job by Mary.

(f) John was asked by Mary to do the Job.

(g) Mary asked John to do the job.

O verbo “ask”, cuja tradução neste contexto é “pedir” não pode ser literalmente transformado na voz passiva na língua portuguesa. A tradução literal seria algo como “*O John foi pedido para fazer o trabalho pela Mary”, o que não está semanticamente correto.

No português, Peres & Mória (1995: 212) admitem que há verbos como “obedecer” que podem constituir uma exceção: (h) Os soldados obedeceram prontamente ao general. (i) O general foi prontamente obedecido pelos soldados. (Estrela, 2013: 16)

Como vimos, a possibilidade de haver a correspondente passiva de uma frase ativa depende do verbo utilizado, pois nem todos são compatíveis com esta estrutura. Assim, para haver uma passiva, o verbo em questão tem de ser transitivo ou bitransitivo, isto é, o verbo tem de ter um complemento direto.

Em termos práticos, na minha tradução deparei-me com algumas dificuldades desta índole. Começo por apresentar um gráfico com o número de diáteses passivas encontradas no documento original e no documento traduzido.

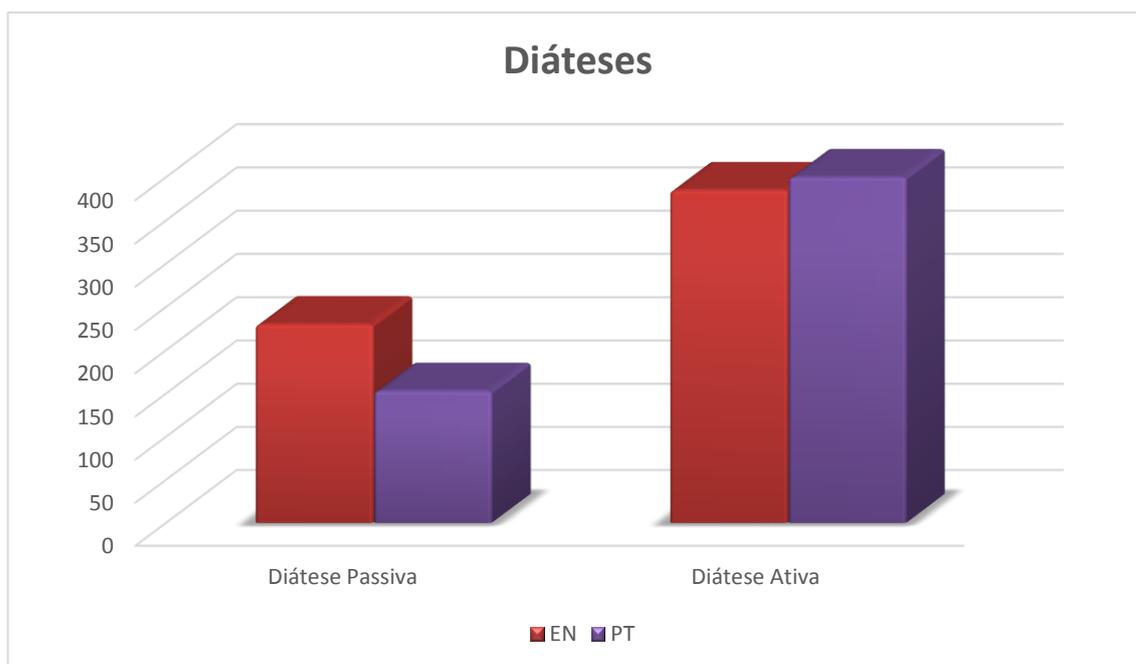


Gráfico 3- Diátesses presentes no corpus

Devido à extensão do texto, os dados do gráfico 3 foram retirados apenas com base na presença do complemento do agente da passiva (“pelo/por” em português e “by” em inglês) e pela conjugação do verbo “ser”, isto é, pela presença do verbo “ser” e “to be” no particípio passado em ambas as línguas. Acrescento que revi cada ocorrência dos mesmos de modo a poder elaborar o gráfico acima com dados precisos.

Foi importante apresentar este gráfico, pelo facto de a norma original se tratar de um documento técnico escrito em inglês e de esta discrepância entre o número de diátesses passivas e ativas na língua inglesa não ser comum. Isto uma vez que, geralmente, os artigos académicos na língua inglesa são constituídos na sua maioria pela diátese impessoal passiva (Moore, 1991; Duke University, 2013). Neste caso, a norma original era constituída na sua maioria pela diátese pessoal ativa, tendo a maioria das orações um sujeito e um verbo conjugado na forma ativa. Seguem-se alguns exemplos retirados da norma em inglês em que o número entre parêntesis diz, doravante, respeito à página em que se encontram na norma.

Diátese Pessoal Passiva presente na norma ISO 21001 em inglês
... the service was delivered (40)
This document was drafted (5)
The EOMS policy statements are framed (10)
as formally expressed by its top management (12)
Understanding the internal context can be facilitated by considering... (17)
All products and services provided to learners by an educational organization shall be included within the scope of this EOMS. (18)
the resulting output cannot be verified by subsequent monitoring or measurement (36)
the interested parties involved in or affected by the evaluation are identified; (42)
adequate opportunities are included... (34)
Diátese Pessoal Ativa presente na norma ISO 21001 em inglês
The organization shall ensure/determine/... that...(17-48)
This document provides a common management tool (6)
all interested parties will benefit... (6-21)
an educational organization is responsible for (55)
Some potential key benefits are: (54-58)
Possible actions include (49-58)
— determines/determine/contributes/takes (enumerações)... (10-11; 15; 18-30;)
-Annex A specifies... (10)
The application of the process approach in an EOMS enables: (7)
apprentices include learners receiving instruction (59)
The organization can establish (62)
Educational organizations can implement measures for... (67)
... can include/indicate/establish/implement... (59-74)
The method of recording should indicate: (54)
Table/Figure illustrates... (vii-74)

Tabela 12 - Exemplos de Diátenses presentes na Norma ISO 21001

A discrepância mencionada remete para o caráter específico, normativo, do documento original, que difere do caráter de, por exemplo,

um artigo científico, que embora também seja técnico, não é “instrucional”, tal como o é a norma. Assim, é compreensível a presença maioritária da diátese ativa sobre a passiva.

É possível verificar, de igual modo, que a única diferença significativa no que respeita a presença de diáteses em ambos os textos - de partida e de chegada - se verifica em termos do número de diáteses passivas, que é maior no documento original, escrito em inglês. A língua inglesa, sobretudo em documentos técnicos e formais, é rica em diáteses passivas, ao passo que a língua portuguesa não o faz do mesmo modo (Estrela, 2013), ou com tanta frequência, essencialmente porque alguns verbos não o permitem, como é o caso dos verbos intransitivos (Estrela, 2013: 15). Por vezes, mesmo a passiva com verbos transitivos em inglês não permite uma tradução literal da mesma para o português por motivos semânticos, como vimos nos exemplos de c) a g). Há inclusive autores que defendem que a construção passiva na língua portuguesa não existe, sendo uma construção predicativa adjetival, isto é, uma espécie de desconstrução do verbo em adjetivo (Perini, 2010). Consequentemente, durante a tradução do presente trabalho houve instâncias em que, por esses mesmos motivos, para preservar o valor semântico da oração, tive de transformar uma diátese passiva pessoal em impessoal, e noutras ocasiões, uma diátese passiva numa ativa. Assim, uma das técnicas de tradução que utilizei com frequência para a resolução de problemas deste âmbito foi a modulação, que me permitiu alterar o ponto de vista da frase, transmitindo o mesmo significado e tornando-o gramaticalmente correto na língua de chegada. Na tabela 12 apresento alguns exemplos retirados da norma.

Exemplos	Tradução	Técnica de Tradução Adotada
<p><i>learners are given the opportunity to appeal or ask for rectification of the outcomes of the assessment activity and grade (37); (passiva)</i></p>	<p>os alunos têm a oportunidade de recorrer ou pedir retificação dos resultados da atividade de avaliação e classificação; (ativa)</p>	Modulação
<p><i>People should be given an opportunity to critically review their own work (41) (passiva pessoal)</i></p>	<p>Deve ser dada uma oportunidade às pessoas para reverem criticamente o seu próprio trabalho (passiva impessoal)</p>	
<p><i>Consideration can be given to the following factors (64) (passiva impessoal)</i></p>	<p>Os seguintes fatores podem ser tomados em consideração (passiva pessoal)</p>	
<p><i>that relevant interested parties are made aware of the changed requirements (31) (passiva)</i></p>	<p>e de que as partes interessadas relevantes tomam conhecimento dos requisitos alterados (ativa)</p>	
<p><i>a book to support the educational service can be released (40) (passiva pessoal)</i></p>	<p>pode ser lançado um livro para apoiar a prática educativa (passiva impessoal)</p>	

Tabela 13- Exemplos de Modulação como Tradução de Passivas Intraduzíveis

5.1.3.2 Verbos Modais

Outro dos aspetos que gostaria de ver analisado relativamente ao verbo é a modalidade que este pode ter num documento – modalidade essa que é bastante diferente entre a língua inglesa e a portuguesa. Assim, um problema sobre o qual me deparei durante a tradução da norma foi precisamente a tradução dos verbos modais da língua inglesa.

Os verbos modais na língua inglesa são denominados de “modal verbs” (Side et. al; Biber; Longman, 1999, 2012) e são considerados auxiliares, ou seja, são utilizados para ajudar o verbo principal numa oração.

A função dos verbos modais é mudar ou complementar o sentido do verbo principal, expressando ideias de possibilidade, obrigação, probabilidade, permissão, proibição, conselho, dever e capacidade. A lista de verbos modais é extensa, mas para efeitos do presente trabalho irei referir apenas seis deles. Apresento abaixo a lista dos mesmos, bem como para que são utilizados. Os exemplos são retirados da gramática Biber (2012).

❖ Can (permissão/habilidade/possibilidade).

I can run for a long time. (Eu consigo correr durante muito tempo).

Can I go to the bathroom? (Posso ir à casa de banho?)

It can happen, I am sure of it. (Pode acontecer, tenho a certeza).

❖ Could (habilidade/permissão).

I could swim very well last year. (Conseguia nadar muito bem o ano passado).

I could do it, but I don't want to. (Eu poderia fazer isso, mas não quero).

Could you pass me the napkin, please? (Poderias dar-me um guardanapo, por favor?)

❖ May (probabilidade/permissão).

It may rain tomorrow, it's been raining a lot (Pode chover amanhã, tem chovido muito).

Professor, may I go to the bathroom? (Professor, posso ir à casa de banho?)

❖ Might (probabilidade no presente ou passado).

He might be there, but I am not sure. (Ele pode estar aí, mas não tenho a certeza).

❖ Must (obrigação/dedução).

He must study English or he will be grounded. (Ele tem de estudar inglês ou vai ficar de castigo.)

She must be a good doctor, everyone wants her. (Ela tem de ser uma boa médica, é muito requisitada.)

❖ Should/Shall (conselho, dever, sugestão).

You should visit your mother. (Devias ir visitar a tua mãe.)

You should vote. (Devias votar.)

Shall we go swimming? (Deveríamos ir nadar?)

(Side et al.; Biber; Alexander L.G in Longman English Grammar, 1999, 2012, 2000)

Há verbos modais que expressam a mesma modalidade. Por exemplo, o can/could e o may/might, ambos, podem ser utilizados para expressar permissão. A diferença entre eles é que o “may/might” têm um carácter mais formal que “can/could”, utilizando-se em situações mais formais do quotidiano, bem como na escrita académica e científica (Alexander L.G,

Longman, 2000). O mesmo se passa entre “can” e “could” e “may” e “might” - “could” é mais formal e educado que “can”, e “might” é muito mais formal e menos utilizado que “may” no que diz respeito a pedir permissão.

Relativamente à expressão de probabilidade o “may” e o “might” são mais utilizados quando se fala de previsões, e diferem entre si dependendo do grau de certeza das mesmas – o “may” expressa uma situação mais provável do que “might” (Side et. al; Biber, Longman, 1999, 2012). “Can” e “could” utilizam-se para expressar possibilidades com grau de certeza mais elevado, tal como verificamos nos exemplos acima.

Por outro lado, os verbos “should” e “shall” são utilizados para as mesmas situações – dever, conselho, sugestão – no entanto, “shall” é raramente utilizado no discurso quotidiano, sendo extremamente formal e, por isso, utilizado em contextos formais, como em artigos académicos, científicos ou literários (Alexander L.G, Longman, 2000).

Tendo em conta o acima exposto, em inglês há certos verbos modais que são particularmente utilizados em textos académicos e científicos (UNC, 2019). São eles essencialmente “might”, “shall” e “must”. Além disso, em artigos científicos ou em documentos formais do carácter da norma traduzida no âmbito do presente relatório, os verbos modais são também utilizados para demonstrar o grau de probabilidade de determinada oração (may/might) ou para expressar o valor de obrigação ou dever de uma ação (should/shall/must) (Side et. al; Alexander L.G; Biber, Longman English Grammar, 1999, 2000; 2012).

Em português, a modalidade de uma oração não é expressa por verbos específicos, mas antes pelo valor semântico da oração no seu todo (Castro, 2005). A modalidade das orações na língua portuguesa pode, então, ser dividida em três ramos: epistémica, deôntica e apreciativa (Castro, 2005). Para o presente documento, será apenas relevante a modalidade deôntica. A epistémica indica o grau de comprometimento

e/ou crença do locutor em relação à verdade do que diz. Assim, dentro da modalidade epistêmica, é possível distinguir diferentes valores modais: valor de certeza, que pode ser expresso por verbos como “saber” em frases completivas; valor de possibilidade, que pode ser expresso através de verbos modais como “poder” ou “crer”, de advérbios como “possivelmente” ou ainda, de tempos gramaticais como o futuro; e valor de probabilidade, que pode ser expresso através do verbo modal “dever”, de adjetivos como “provável” e de advérbios como “provavelmente” (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017). Isto é relevante uma vez que na língua inglesa, ao contrário da portuguesa, existem verbos específicos que são apenas usados para transmitir essas ideias – isto é, têm unicamente essa função modal. No entanto, a sua tradução para o português pode ser feita através do uso de todos os verbos mencionados até então, essencialmente o “poder” e “dever”. Como referi, em português, ao contrário do inglês, a modalidade do verbo não é ditada pela presença do mesmo, mas antes pela interpretação semântica que ele confere à oração. Abaixo veremos alguns exemplos práticos.

Por último, a modalidade deontica expressa uma atitude de obrigação, dever ou de permissão em relação ao interlocutor ou em relação a uma terceira pessoa. Dentro desta modalidade é possível distinguir diferentes valores modais: valor de obrigação, que pode ser expresso através do verbo “ter de” ou “deve” ou de verbos principais no imperativo; e valor de permissão, que pode ser expresso também através do verbo modal “poder” (Ministério da Educação, 2007; Moreira et Pimenta, 2017). Ao contrário da língua inglesa, em português não fazemos distinção entre um verbo modal que exprime “dever” e “obrigação” (“should/shall” e “must”, respetivamente). O mesmo verbo “dever” pode ser utilizado para descrever uma obrigação ou um dever facultativo sendo que o significado do mesmo é determinado em termos pragmáticos. No entanto, na minha tradução procurei transmitir essa distinção, até porque o texto de origem era bastante rico em verbos

modais, nomeadamente em verbos da modalidade deôntica - ver gráfico 4.

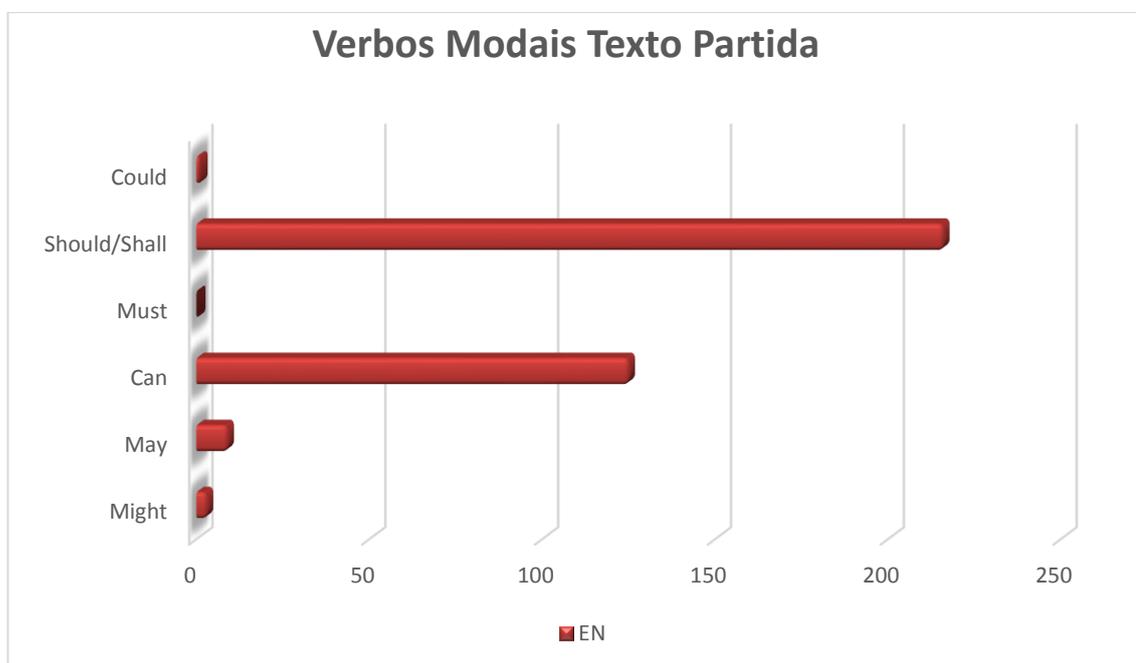


Gráfico 4 - Verbos Modais presentes na norma em inglês

Como podemos verificar pelo gráfico acima, os verbos mais presentes foram o “shall” com 199 ocorrências, ao qual eu aliei as 17 ocorrências do verbo “should” por partilharem o mesmo significado; e o verbo “can”, com 125 ocorrências. A discrepância destes números em relação à presença de verbos como “could”, “may” e “might”, que é praticamente nula, é facilmente compreensível se tivermos em conta que o texto original é uma norma, e como tal, não tem um “orador”. Para além disso, sendo um documento técnico, instrucional, não faria sentido a presença da modalidade epistémica. Por esse mesmo carácter instrucional, verificamos que o verbo “shall”, que se distingue do “should” apenas pela sua formalidade, é o verbo mais presente ao longo do texto de partida.

Neste trabalho resolvi traduzir os verbos modais da língua inglesa conforme consta na tabela 13.

<i>Verbos Modais (inglês)</i>	Tradução da Modalidade (português)	da Técnica de Tradução Aplicada
<i>Should/Shall</i>	Deve	<p>Equivalência – estes verbos não têm equivalente direto na língua portuguesa</p>
<i>Must</i>	Tem de	
<i>Can</i>	Pode/Possa (dependendo da modalidade)	
<i>Could</i>	Poderia/Podia (dependendo da modalidade)	
<i>Might</i>	Poderá/Possa (dependendo da modalidade)	

Tabela 14 - Tradução dos verbos modais presentes na norma

Com efeito, na língua portuguesa não existem verbos específicos para expressar as diferentes modalidades como na língua inglesa, pelo que alguns verbos, como foi o caso de “can” e “might”, foram traduzidos pelo mesmo verbo em instâncias diferentes, porque a diferença entre os dois será apenas perceptível pelo contexto da oração, ou seja, pela sua interpretação (semântica), bem como pela avaliação da modalidade da frase em que estão inseridos. Apresento alguns exemplos retirados da norma ISO 21001.

- (1) For example, a base curriculum can be designed before the educational service is delivered, but the educational methods **might** need to be adapted.

(Tradução Adotada) Por exemplo, pode ser feito um currículo base antes da prestação do serviço educativo, embora os métodos de educação **possam** necessitar de ser adaptados

(2) This implies the need to ensure the existence of communication channels, so the interested parties **can** receive the information they need for their activity.

(Tradução Adotada) Isto implica a necessidade de assegurar a existência de canais de comunicação para que as partes interessadas **possam** receber a informação de que necessitam para a sua atividade.

Em (1), o verbo apresenta uma modalidade epistémica, porque a frase apresenta uma possibilidade que não é certa, ao passo que o “possam” em (2) apresenta uma modalidade deôntica, pois transmite a ideia de um facto que ocorrerá desde que verificadas as condições, neste caso, a “existência de canais de comunicação”.

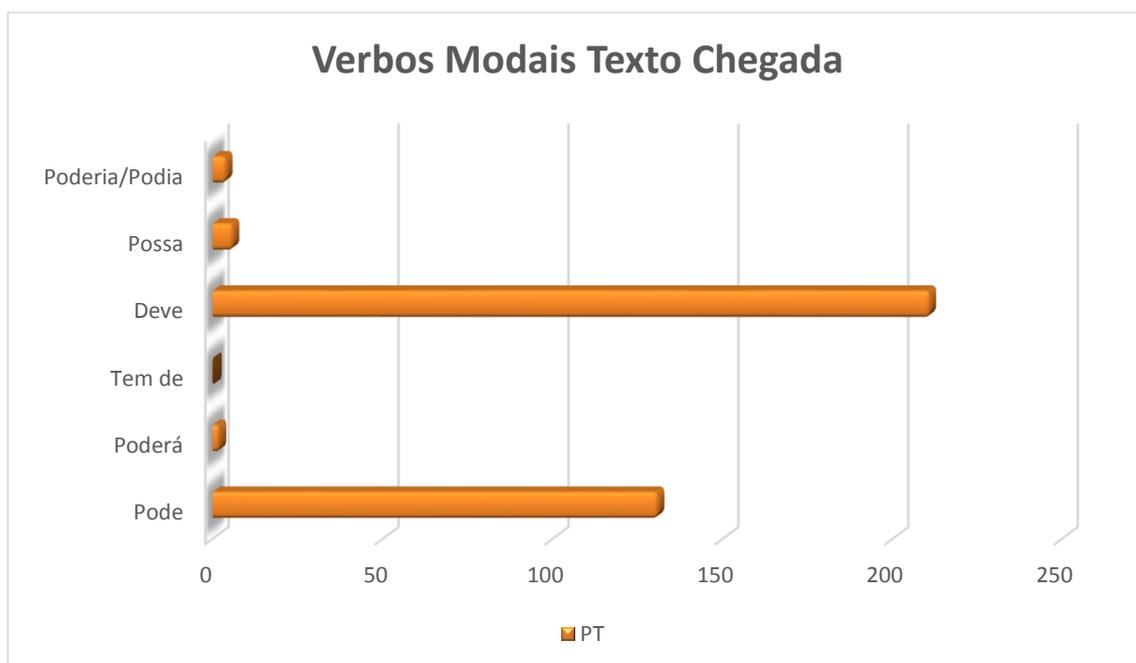


Gráfico 5 - Presença de verbos modais na norma em português

Como é possível verificar pelo gráfico 5, a presença de verbos modais no texto traduzido não diferiu dos verbos correspondentes presentes no texto original. O verbo mais presente foi o “deve”, tradução de “shall” e “should” com 211 ocorrências, seguido pelo verbo “pode”, tradução do verbo “can” com 131 ocorrências. Tal como no gráfico 4, não se verificou a presença do verbo “tem”, tradução de “must” que exprime obrigação, e houve poucas ocorrências dos verbos “poderá”, “poderia”, “podia” ou “possa” da modalidade epistémica.

Não obstante, em termos de tradução, posso apontar um aspeto no qual tive dificuldades no que respeita os verbos modais. Como já referi, em termos de aplicação, os verbos “should” e “shall” não diferem, mas “shall” tem um carácter mais formal que “should”. Esta distinção foi mais difícil de obter na língua de chegada dado que, em português, a modalidade deontica de ambos os verbos é expressa através do mesmo verbo, o “deve” (tabela 13). Assim, o verbo “shall” ficou, tal como “should”, traduzido por “deve” na maioria dos casos, perdendo-se assim, esta distinção de registo. No entanto, em algumas ocasiões em que achei pertinente, pelo contexto da frase, para conferir um registo mais formal ao verbo e também mais próximo do original, optei por conjugá-lo no futuro do indicativo - “deverá”, utilizando como técnica de tradução a transposição. Optei por não utilizar em todos os casos esta tradução devido à modalidade epistémica que a tradução de “shall” como “deverá” pudesse transmitir à oração. Considerando que o documento a traduzir é uma norma com “requisitos para utilização”, tal modalidade, como já vimos, não está presente. O verbo “shall”, além de formal pertence à modalidade deontica, e como tal, optei pela tradução de “deve” no presente do indicativo para transmitir essa mesma ideia na maioria dos casos. De acordo com as regras de utilização do presente do indicativo, o mesmo é utilizado para descrever acontecimentos futuros garantidos, factos científicos/gerais/históricos e instruções (Moreira, 2015; Side et. al, Biber, Longman, 1999, 2012/2012).

A tabela 14 contém exemplos retirados da norma ISO 21001 da presença de orações com os verbos modais mencionados e a minha proposta de tradução, bem como a técnica utilizada para a mesma, dado o problema da não-equivalência referido.

Texto de Partida	Texto de Chegada	Técnica de Tradução Aplicada
<p>The organization shall determine processes for the EOMS and their application throughout the organization and shall:... (8)</p>	<p>A organização deve determinar os processos para os SGOE e a sua aplicação por toda a organização, e deverá:...</p>	<p>Tradução literal e transposição. Considerando que uma transposição consiste numa mudança gramatical, utilizei esta técnica ao traduzir “shall”, no presente para “deverá” no futuro.</p>
<p>ISO shall not be held responsible (5)</p>	<p>A ISO não será responsável</p>	<p>Equivalência. Neste caso, para preservar o significado e manter a modalidade expressa na frase original, o verbo modal “shall” foi traduzido excecionalmente pelo verbo “ser” no futuro do indicativo.</p>
<p>The organization shall ensure/communicate/implente/inclue/establis (7-74)</p>	<p>A organização deve...</p>	<p>Equivalência. Optei, nestas instâncias, por utilizar o termo equivalente em português para transmitir a mesma modalidade, o “deve”.</p>
<p>The organization shall determine processes for the EOMS and their application throughout the organization and shall: (8)</p>	<p>A organização deve determinar os processos para os SGOE e a sua aplicação por toda a organização, e deverá:</p>	<p>Equivalência e Transposição. O primeiro verbo modal “shall” foi traduzido por uma equivalência, ao passo que apliquei uma transposição no segundo “shall” transformando o verbo no futuro do indicativo para transmitir que a ideia seguinte virá ainda a ser realizada como complemento extra ao que deve acontecer no “presente” enquanto “facto geral” (Longman, 1999,</p>

		2012).
Reference to “business” in this document can be interpreted broadly to mean (9)	A referência a «negócio» na presente norma pode ser interpretada	Equivalência. O verbo “can” foi traduzido pelo equivalente “pode” em português.
Interested parties can hold (50)	As partes interessadas podem deter	Equivalência. O verbo foi traduzido pelo equivalente “podem” para concordar em gênero e número com o sujeito e para manter a modalidade deôntica de permissão da frase.
all persons who can make decisions (50)	Todas as pessoas que podem tomar decisões	Equivalência do verbo “can” na modalidade deôntica por “podem”.
Educators/students/beneficiaries can be (9-60)	Educadores/alunos /beneficiários podem ser	Equivalência. Este tipo de construção foi a mais frequente ao longo da norma, essencialmente expressando a modalidade deôntica e traduzi o verbo modal pelo equivalente “podem” ou “pode”, concordando em gênero e número com o sujeito.
These should include, as appropriate /53)	Estes devem incluir, conforme apropriado	Equivalência. O verbo “should” foi traduzido pelo equivalente “deve”, expressando a modalidade deôntica do mesmo em português.

Tabela 15- Exemplos de Tradução de Verbos Modais e Técnicas de Tradução Aplicadas

No que respeita o aspeto morfológico vi-me obrigada a aplicar as técnicas de tradução denominadas modulação, equivalência e transposição – em aspetos como a diátese e os verbos modais – para transmitir o que era comunicado no texto de partida. Enquanto tradutora, a morfologia do verbo é um dos assuntos que considero mais desafiante quanto a traduzir do inglês para o português por ambas as línguas diferirem tanto, a nível gramatical, nesse aspeto. Por esse motivo foi dos maiores obstáculos que tive de ultrapassar durante a realização do meu

estágio e o aspeto no qual tive de realizar uma maior investigação para fazer uma tradução adequada e correta.

Tradução Utilizadas

5.1.4 A nível de registo linguístico

O registo linguístico de que tratarei nesta secção pode ser definido como uma associação do núcleo de características centrais de uma língua - lexicais, sintáticas e fonológicas (Peres, 1995).

Dependendo do contexto, essas características podem ser utilizadas de várias formas – linguagem informal ou linguagem formal (Correia, 2014), sendo essa escolha feita com base em fatores de ordem funcional e situacional. Isto é, “os registos linguísticos dependem da função com que a linguagem é utilizada e da situação que lhe serve de contexto” (Peres, 1995). O registo linguístico varia, então, consoante a linguagem seja oral ou escrita; consoante os objetivos da comunicação (informativos, didáticos, lúdicos, etc.); ou consoante os destinatários e a formalidade da situação. Depende do falante a competência de adequar o seu discurso a essas variáveis. O Dicionário Terminológico - doravante abreviado como DT (2011) - que consagra como termos equivalentes as expressões registo formal e registo informal, define o contraste entre os conceitos correspondentes como a “dimensão da variação da língua, determinada pela situação de interlocução: diferentes tipos de contexto situacional requerem diferentes tipos de ativação linguística relativos ao léxico, à sintaxe, à fonologia e à prosódia, passando pela gestão da pressuposição, de implicações, dos atos ilocutórios indiretos, das formas de tratamento, da modalização, dos princípios conversacionais”. O DT (2011) acrescenta ainda: «As escolhas linguísticas efetuadas são determinadas pelo tipo de relação social e institucional existente entre interlocutores - matizadas por diferentes fatores: grau de instrução,

idade, sexo, entre outros”. É o “a quem se vai dizer” que condiciona o “o quê/como se vai dizer”.”

Na linguagem formal, o registo normalmente utilizado é o registo cuidado. Trata-se de uma linguagem que pode caracterizar-se pelo rigor sintático, pela riqueza do vocabulário de tipo erudito e pelo uso de formas de tratamento adequadas ao contexto.

Na linguagem informal, pelo contrário, o registo frequentemente utilizado é o calão. É a linguagem que os falantes utilizam entre amigos e familiares, em que a preocupação com a correção linguística é menor e o vocabulário utilizado é simples (Correia, 2014).

O registo linguístico da norma tem de ser obrigatoriamente cuidado, dado a sua funcionalidade ser instrucional e o público alvo serem organizações educativas. Na tradução procurei manter esse registo original na língua portuguesa apenas com a adaptação de certos termos e construções frásicas a nível sintático. No geral, a tarefa não foi dificultada. No entanto, após revisão da tradução por parte do meu orientador, o Prof. Dr. Fernando Ferreira Alves reparei que cometia sempre o mesmo tipo de erro: inconsistências na tradução. Sendo um documento de registo cuidado, a consistência de termos e construções frásicas na tradução torna-se bastante importante. Estes erros de registo aconteciam sobretudo a nível morfológico, na escolha e conjugação dos verbos e na forma de apresentação de enumerações – bastante presentes ao longo da norma. Apresento, na tabela 16, alguns exemplos dos erros que corrigi.

<i>Texto Original</i>	Tradução pré-revisão	Erro	Tradução pós-revisão
<i>ensuring</i>	Garantir/assegurar	Inconsistência no uso do termo escolhido para tradução	Garantir
<i>Top</i>	A gestão de	Inconsistência	A gestão de topo deve

<i>management shall demonstrate leadership and commitment with respect to the EOMS by:</i> a) <i>being accountable..</i> b) <i>ensuring that...</i> c) <i>ensuring the..</i> d) <i>promoting the use...</i>	topo deve demonstrar liderança e compromisso em relação ao SGOE: a) ao responsabilizar -se... b) ao garantir que .. c) pela garantia de ... d) pela promoção da utilização...	nos tempos verbais em várias enumerações – umas alíneas estavam com o verbo no infinitivo e outras continham o mesmo verbo enquanto nome	demonstrar liderança e compromisso em relação ao SGOE ao: a)ser responsável.. b)garantir que .. c)garantir a ... d) promover a utilização...
<i>Educational organization; Educational products/services</i>	Organização educativa; Produtos/serviços educacionais	Inconsistência na tradução de “educational”	Organização educativa; Produtos/serviços educativos
<i>Operation of Monitoring</i>	Operação de Monitoramento	Erro gramatical. Adaptação do termo ao contexto	Operacionalização Monitorização
<i>(risks)...prevention measures to eliminate or mitigate them</i>	...medidas de prevenção para os eliminar ou mitigar	Construção gramatical mais literal	...medidas de prevenção para a sua eliminação ou mitigação
<i>Within the organization</i>	Dentro da organização	Tradução literal	No seio da organização
<i>Adopting written codes of conduct</i>	Elaboração de códigos de conduta	Substituição por um termo mais apropriado ao contexto	Redação de códigos de conduta

Tabela 16- Exemplos de tipos de erros corrigidos na revisão

VI. Considerações finais

Podemos então concluir que a profissão de tradutor exige e permite que este se infiltre nos mais variados domínios, que trabalhe com os mais diversos temas, bem como especialistas e, por fim, que seja capaz de mediar a comunicação entre polos distintos.
(Enes, 2016)

Relativamente aos objetivos propostos inicialmente, considero que eles foram cumpridos, sobretudo no que toca ao desenvolvimento de competências de tradução, nomeadamente, das competências

estipuladas por Gambier no seio do grupo EMT como as linguísticas e de domínio. Isto, na medida em que aprendi bastante sobre o que engloba a tradução especializada de uma norma, bem como sobre terminologia específica desta norma para o setor da educação, pois, conforme referido na citação acima, o tradutor inevitavelmente acaba por se “infiltrar” no domínio sobre o qual traduz. Tal, conseqüentemente, levou ao desenvolvimento de competências linguísticas - e também intertextuais - aquando da tradução *per se*, na adoção de estratégias para ultrapassar os desafios que surgiram e especialmente aquando da revisão e análise de erros.

As principais dificuldades sentidas durante a tradução foram essencialmente a nível terminológico e a nível morfológico, isto é, na tradução de certos termos, bem como na equivalência para o português do valor dos verbos modais bem como na tradução de diáteses passivas. À medida que efetuava as correções após a revisão pelo Prof. Fernando Ferreira Alves reparei, igualmente, que houve certos termos e enunciações que apresentavam inconsistências na tradução a nível de registo, nomeadamente os lexemas e termos que não tinham sido traduzidos de forma uniforme – sempre do mesmo modo. Houve igualmente instâncias que corrigi a nível de registo linguístico, nomeadamente a substituição de nomes ou verbos por outros mais formais e adequados ao contexto da norma. No entanto, penso que poderei classificar esses erros como estando a nível de estilo e formatação de severidade menor (Lionbridge, 2017).

A calendarização foi cumprida, e os objetivos gerais de tradução, revisão e elaboração da base terminológica também, tendo igualmente sido cumpridas as metas de desenvolvimento de competências pessoais no que toca ao cumprimento de prazos e gestão de projetos. Relativamente à calendarização acrescento apenas que embora as tarefas de tradução e revisão tenham sido cumpridas, houve uma prolongação / prolongamento de alguns dias para o mês de setembro

devido ao período de férias do IPQ aquando da submissão da tradução para aprovação. Apresento abaixo uma tabela sintética que difere da apresentada inicialmente no ponto 4.1.1 pois descreve a calendarização da submissão do projeto final ao IPQ, que não foi previamente definida.

Data	Operação	Resultado
<i>25 de junho</i>	Envio da base terminológica revista pelo Pr. Fernando Ferreira Alves para a Dr ^a . Maria João Graça.	Submissão da base terminológica para especialistas do IPQ. Correções enviadas a 23 de julho.
<i>24 de julho</i>	Submissão da base terminológica alterada com as devidas correções ao IPQ.	Aprovada
<i>29 de agosto</i>	Submissão da norma em ficheiro bilingue revista pelo Professor Fernando Ferreira Alves para aprovação do IPQ para a Dr ^a . Suzete Sim-Sim	Envio de algumas adaptações a serem efetuadas à versão final da norma a 28 de setembro.
<i>30 de setembro</i>	Submissão da versão final da norma em formato word.	Aprovada pelo IPQ

Tabela 17- Calendarização da Submissão do Projeto

A norma ISO 21001 já foi divulgada nos meios de comunicação social como sendo uma norma única no seu setor. Sendo uma novidade, na medida em que vai proporcionar um sistema de gestão comum para todas as organizações educativas com a visão de melhorar o sistema de ensino em Portugal ao melhorar os resultados de aprendizagem para todos os beneficiários do mesmo, a tradução desta norma torna-se bastante importante e, como tal, também foi grande a responsabilidade

da sua tradução. Considero ter feito um bom trabalho e os produtos resultantes deste – memórias de tradução e base terminológica – poderão vir a ser reutilizados para traduções de normas futuras ou de outros documentos técnicos do mesmo âmbito.

Considero que não teria conseguido efetuar um trabalho desta dimensão sem as bases e orientações académicas que adquiri e recebi quer durante a minha licenciatura em Línguas e Literaturas Europeias, quer durante o mestrado em Tradução e Comunicação Multilingue que me prepararam para o mundo profissional da tradução. Essas bases permitiram-me consolidar todos os conhecimentos adquiridos neste estágio e contribuíram para a qualidade do resultado obtido.

Referências

Alegre, Teresa; O papel das técnicas de tradução no Ensino da Tradução Especializada. *The Translation Journal*. Outubro de 2008. Vol. 12. Nº4.

Alexander, L.G (2000). *Longman English Grammar Practice for intermediate students*. Longman: England.

Anderson, Stephen R. (1992). *A-Morphus Morphology*, Cambridge University Press: Cambridge.

APCER (2016). *O que é o ciclo PDCA*. Notícias em Destaque. Disponível em <www.apcergroup.com> a 26 de outubro de 2018.

Aronoff, Mark; Fudeman, Kirsten (2011.), *What is Morphology?, Morphology and Morphological Analysis*, Wiley Blackwell Publishing: United Kingdom.

Bandeira, Grace dos Anjos (2007). *O apagamento do Se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do Varsul do Paraná*. Curitiba. Tese de Doutorado da Universidade do Paraná. Disponível em: <acervodigital.upfr.br> a 22 de março de 2019.

Biber, Douglas (2012). *Longman Grammar of Spoken and Written English*. Pearson Editions: London.

Byrne, John. (2006). *Technical Translation: Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Springer: UK.

..... (2012). *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. Routledge: London.

Byrne, Jody (2007). Caveat Translator: Understanding the Legal Consequences of Errors in Professional Translation. *The Journal of Specialized Translation*, (7), 2-24.

.....(2009). The Coming of Age of Technical Translation: An Introduction. *The Journal of Specialized Translation*, (11), 2-5.

.....(2014). "A Framework for the Identification and Strategic Development of Translation Specialisms". *Meta*. 59 (1): 125.

Cabré, M. Teresa (2010). *Terminology and Translation* in Handbook of Translation Studies. Volume 1. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia. p. 356.

Castro, Judite (2005). Instituto Universitário de Lisboa. *A Classe dos Verbos Auxiliares Modais*. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em <ciberduvidas.iscte-iul.pt> a 13 de janeiro de 2019.

CEN, European Committee for Standardization May 2006. *EN 15038*: European Standard. Translation Services, Services Requirements. Brussels. Disponível em <www.elearning.uminho.pt>, a 26 de Janeiro de 2018.

Chomsky, Noam (2002) [1957]. *Syntactic Structures*. Mouton de Gruyter: New York.

Correia, D. (2003). *Passivas e Pseudo-Passivas em Português Europeu. Produção Provocada e Compreensão*. Tese de Mestrado. Escola Superior de Educação de Leiria. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Correia, Talita (2014). *Linguagem (ou registo) Formal e Informal*. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em <ciberduvidas.iscte-iul.pt> a 26 de janeiro de 2019.

Cronin, Michael (2003). *Translation and Globalization*. Routledge: London.

D'Acquisto, Germana (2017). *A Linguistic Analysis of Diplomatic Discourse. UN Resolutions on the Question of Palestine*. Cambridge: Newcastle.

Delisle, Jean; Woodsworth, Judith [eds] (1995). *Translators Through History*. Benjamins Publishing/UNESCO Publishing: Amsterdam.

Diário de Notícias. 26 de Abril de 2017. Sociedade. *Portugal tem a quarta taxa de abandono mais alta da UE*. Disponível em: <www.dn.pt> a 17 de Abril de 2018.

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (2003-2019). “diátese”. Porto Editora: Porto. Disponível em: <www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/diátese> a 13 de janeiro de 2019.

Doherty, M.; Angermüller, H. (1983). Sprachliche Operationen beim Übersetzen". *Fremdsprachen* 27, 166-170.

Duke University. 2011-2013. Passive Voice in Scientific Writing. Graduate School – Scientific Writing Resource. Disponível em <cgi.duke.edu> a 13 de janeiro de 2019.

Enes, Suzana. (2016). Relatório de Estágio do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilingue, Universidade do Minho. *Projeto de Tradução Especializada no contexto da CT199: A Norma ISO 18308 Para a Área da Saúde em Língua Portuguesa*. Disponível em: <www.repositorium.sdum.uminho.pt> a 01 de Março de 2018.

Enomoto, Simone (2005). Teoria da Equivalência Dinâmica Versus Paradigma Funcionalista: Pontos de Aproximação e Distanciamento. Curitiba. Universidade do Paraná. Disponível em: <www.humanas.upft.br> a 22 de março de 2019.

Estrela, Antónia Pimentel. (2013). *A Aquisição da Estrutura Passiva em Português Europeu*. Tese de Doutoramento em Linguística. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <www.run.unl.pt> a 16 de outubro de 2018.

Fagundes, Edson Domingos (2007). *As Ocorrências do Modo Subjuntivo nas Entrevistas do Varsul no Estado do Paraná e as Possibilidades de Variação com o Modo Indicativo*. Curitiba. Tese de

Doutoramento da Universidade do Paraná. Disponível em: <acervodigital.upfr.br> a 22 de março de 2019.

Fawcett, Peter. (1997). *Translation and Language*. St. Jerome: Manchester.

Finch, Geoffrey (2005). *Key Concepts in Language and Linguistics*. Palgrave Macmillan: New York.

Gambier, Yves. (2009). EMT expert group. *Competences for Professional Translators, Experts in Multilingual and Multimedia Communication*. Disponível em <ec.europa.eu>, a 13 de Dezembro de 2017.

..... (2013). *Genres, text-types and translation*. Handbook of Translation Studies Volume 4. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia.

Garcia, Iria Welang. (1992). *A Tradução do Texto Técnico-Científico*. A Ilha do Desterro. (28). 75-85.

Gotti, Maurizio; Sarcevic, Susan (2006). *Insights Into Specialized Translation*. Peter Lang: Oxford.

Gouadec, Daniel (2007). *Translation as a Profession*. John Benjamins: Amsterdam. p. 91.

Guimarães, Renato (2007). *Classificação de Palavras*. Tese de Mestrado. Disponível em: <acervodigital.upfr.br> a 22 de março de 2019.

Hann, Michael (1992). *The Key to Technical Translation*. Volume 2. Terminology/Lexicography. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia.

Harvey, M. (2003). *A beginner's course in legal translation: the case of culture-bound terms*. Université Lumiere Lyon 2, França.

Hewings, Martin (2005). *Advanced Grammar in Use*. Cambridge University Press: United Kingdom.

Hobold, Aline (2017). Propriedades Sintáticas das Orações Adverbiais Causais e Explicativas em Português Brasileiro. Curitiba. Universidade do Paraná. Disponível em: <acervodigital.upfr.br> a 22 de março de 2019.

Instituto Português da Qualidade, Ministério da Economia e da Inovação (2009). Manual da Normalização. Caparica: Departamento da Normalização. Disponível em: <www.iso.org>, a 23 de março de 2018.

ISO, Fonden Dansk Standard. 01-05-2015. *ISO 17100*: International Standard. Translation Services, Requirements for Translation Services. Switzerland. Disponível em <www.elearning.uminho.pt>, a 26 de Janeiro de 2018.

Jabir, Jawad Kadhim. (2006) *Skopos Theory: Basic Principles and Deficiencies*. Journal of the College of Arts. University of Basrah. College of Arts University of Basrah. (41) 2006.

Kettunen, Jaana. 30.11.2011. Translation of IFRS Standards into Local Languages: Understanding Problematics of Translation. University of Finland. Disponível em: <semanticsscholar.org> a 15 de junho de 2018.

Language Translation (2012). *Consequences of Translation Errors in the Health Sector*. Disponível em: <www.language-translation-help.com> em 26 de janeiro de 2019.

Lionbridge (2017). iDISC Information Technologies. *Error Analysis. Training New Localizers*. Disponível em <www.idcp.idisc.es>, a 28 de Novembro de 2017.

Lopes, Bruno (2015). *Voz ativa e voz passiva em inglês*. Dicas de Inglês. English Live. Disponível em: <englishlive.ef.com> a 21 de janeiro de 2019.

Marlow, Mariel A. (2014). Clinics. *Writing scientific articles like a native English speakers*. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov.> a 15 de outubro de 2018.

Mello, Fernanda Grossil (2008). *Uma Comparação entre as Três Traduções em Espanhol de Harry Potter Y La Orden Del Fénix*. Curitiba. Tese de Licenciatura da Universidade do Paraná. Disponível em: <acervodigital.upfr.br> a 22 de março de 2019.

Merriam-Webster Dictionaries. (2018). "Syntax". Disponível em <www.merriam-webster.com> a 25 de outubro de 2018.

Ministério da Educação. (2007). *Revisão da Terminologia Linguística para os Ensino Básico e Secundário*. Direção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Montgomery, Scott (2000). *Science in Translation*. The University of Chicago Press: Chicago.

Moore, Randy. How We Write about Biology. *The American Biology Teacher*, Vol. 53 No. 7, Oct., 1991; (pp. 388-389).

Moreira, Vasco; Pimenta, Hilário. (2017). *Gramática de Português*. Porto Editora: Porto, Portugal.

Moura, Maria (1999). *Gramática do Português Falado. Vol. VII. Novos Estudos*. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <epdf.tips> a 22 de março de 2019.

Müller, Peter O.; Olser, Susan (2011). *Multi-Word Expressions*. Ingeborg Ohnheiser: Word Formation, An International Handbook of the Languages of Europe [HSK series]. De Gruyter: Berlin. pp. 1-16.

Newmark, P. (1988a). *A Textbook of Translation*. Prentice Hall: Hertfordshire.

..... (1988b). *Approaches to Translation*. Prentice Hall: Hertfordshire.

..... (1991). *About Translation: Multilingual Matters*. Multilingual Matters Ltd.: Clevedon, Philadelphia.

Nida, Eugene (1991). *Theories of Translation*. Languages and Cultures in Translation Theories. Vol.4, No.1. Disponível em: <www.erudit.org> a 28 de janeiro de 2019.

Nogueira, Manuel Fernando (2008). Tradução, Adaptação e Legendagem de Textos Poéticos. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Tese de Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas. Disponível em: <livred.info> a 22 de março de 2019.

Outsource2india. 2002-2018. Translation Services. Articles. Globalization and Translation. Disponível em: <www.outsource2india.com> a 12 de outubro de 2018.

Oxford Dictionaries. "Syntax". Oxford University Press. Disponível em <www.oxforddictionaries.com> a 22 de outubro de 2018..

Peres, J.A e Mória, T. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Ed. Caminho: Lisboa, (pp.34-41).

Perini, M. A.(2010). *Gramática do Português Brasileiro*. Parábola: São Paulo.

Perkins, Bradford; Bordwell, Raymond. Perkins Eastman. (2010). *Building Type Basics for Elementary and Secondary Schools*. John Wiley & Sons: New Jersey.

Peterse, Yara. June of 2017. Patent Translation from Application to Publication. An Analysis and Annotated Translation of a Dutch Patent Application, Description and Publication. Faculty of Humanities. Leiden University. Disponível em <openaccess.leidenuniv.nl> a 15 de junho de 2018.

Rogers, Margaret (2015). *Specialised translation: shedding the 'non-literary'*. Palgrave Macmillan: UK.

Sankin, A.A. (1979) [1966], "I. Introduction" (PDF), in R.S. Ginzburg, S.S. Khidekel, G. Y. Knyazeva, and A.A. Sankin, *A Course in Modern English Lexicology* (Revised and Enlarged, Second ed.), VYŠŠAJA ŠKOLA: Moscow.

Santiago, Ana; Paixão, Sofia (2011). *Dicionário Terminológico-Principais Alterações*. Texto Editora: Lisboa.

Schubert, Klaus (2010). *Technical Translation in Handbook of Translation Studies Volume 1*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 350.

Side, Richard; Wellman, Guy. (1999). *Grammar and Vocabulary for Cambridge Advanced and Proficiency*. Longman. Pearson: England.

Sokovic, M.; Pavletic, D.; Kern Pipan, K. (2010), Quality Improvement Methodologies – *PDCA Cycle, RADAR Matrix, DMAIC and DFSS*. Journal of Achievements in Materials and Manufacturing Engineering. Volume 43. (1).

Sorenson, Charlene; Johnson, Tonya (2004-2011). *Using the Passive Voice in Scientific Writing*. Gallaudet University Web Page. Disponível em: <www.gallaudet.edu> a 26 de janeiro de 2019.

Stoltze, Radegundis (2009). *Dealing with cultural elements in technical texts for translation*. The Journal of Specialized Translation. (11) 124-142.

Tebeaux, Elizabeth (1997). *The Emergence of a Tradition: Technical Writing in the English Renaissance, 1475-1640*. Baywood Publishing: New York.

The Chartered Institute of Linguists (CIOL). (2018). IOL Educational Trust, England and Wales. Translation Techniques. Disponível em: <www.ciol.org.uk> a 30 de outubro de 2018.

Trum, Cameroon. (2018). Omniglot. *Historical Misunderstandings Due to Poor Translations*. Disponível em: <www.omniglot.com> a 19 de outubro de 2018.

University of North Carolina (2019). Writing Center. Modals- The Writing Center. Disponível em: <writingcenter.unc.edu> em 26 de janeiro de 2019.

Venuti, Lawrence. (2000). *The Translation Studies Reader*. Routledge: London.

Viana, Carla (2006). Instituto Universitário de Lisboa. A diferença entre voz ativa e voz passiva. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em <ciberduvidas.iscte-iul.pt> a 13 de janeiro de 2019.

Vinay, J.P.; Darbelnet, J. (1958): *Stylistique comparée du anglais et du français*. Paris: Didier.

Walsh, V. (1982). *Reading Scientific Texts in English*. System. Volume 10. (3) 231-239.

Anexos

Por motivos de confidencialidade e de proteção dos direitos de autor do IPQ e da ISO, não serão apresentadas as normas – original e tradução – na sua íntegra. No entanto, apresentarei a parte inicial das mesmas, cuja autorização foi dada pela Dr^a, Maria João Graça e pela Dr^a. Suzete Sim-Sim.

Apresentarei igualmente a base terminológica como Anexo ao presente relatório.